

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 12/07/2021	Coluna: Economia



ARRECADAÇÃO DE ICMS NA BAHIA CRESCE 20% EM 2021, MAS HÁ DÚVIDAS SE É REFLEXO DO CRECIMENTO DA ECONOMIA



12 Julho, 2021

A arrecadação de ICMS na Bahia aumentou de forma surpreendente entre janeiro e maio deste ano dando a impressão de que a economia baiana retomou com força total. No período, a arrecadação de ICMS atingiu R\$ R\$ 2,7 bilhões, representando um crescimento de 19,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo analistas ouvidos pelo jornal o Estado de São Paulo, uma parte desse aumento foi puxado pelo boom internacional de alta das commodities (produtos básicos), mas a maioria deles adverte que não há certeza de que os Estados estejam saindo da crise porque essa recuperação da arrecadação é decorrente do aumento da inflação. O incremento das receitas estaria vindo sem o aumento do número de notas fiscais emitidas, que não aumentou em 2021, na comparação com o ano passado.

O ICMS é um dos principais termômetros da atividade econômica porque a empresa vende num mês o produto e já no começo do mês seguinte tem de fazer essa apuração e recolher o imposto, por isso também é muito provável que o efeito da inflação esteja sendo contabilizado.

Especialista em contas dos Estados e consultora da Febrafite, a economista Vilma Pinto avalia que essa melhoria na arrecadação é temporária e não estrutural, por causa do ciclo de commodities (produtos básicos, como alimentos, petróleo e minério de ferro) e efeito inflacionário relevante.

Os dados da arrecadação do ICMS de janeiro a maio foram reunidos pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas. Com informações do jornal O Estado de São Paulo.

Débitos de qualquer valor com a Sefaz-BA podem ser parcelados sem sair de casa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) que desejam regularizar a situação com o **fisco** podem fazer isso de forma prática e sem sair de casa. Desde o início do ano, está em vigor a solicitação de parcelamento de débitos tributários de qualquer valor pelo site da Sefaz-BA. Antes da mudança, estabelecida por meio do Decreto nº 20.136, do fim de 2020, o valor limite para parcelamento on-line era de R\$ 50 mil.

Para parcelar, basta acessar o site, clicar na Carta de Serviços, destacada no topo, e depois, na busca, digitar parcelamento. O contribuinte terá acesso a todas as orientações necessárias para solicitar o parcelamento. Somente não estarão aptos ao parcelamento on-line os débitos ajuizados cujos valores superam R\$ 200 mil.

'A ampliação das opções de parcelamento dos débitos tributários pela internet evita que o cidadão precise se

deslocar para ter acesso ao serviço', resalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorio**, lembrando que a iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, todos os contribuintes com débitos de **ICMS, IPVA, ITD** e taxas podem solicitar o parcelamento, bastando ter o número do PAF ou o Renavam do veículo.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o call center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Sefaz 100% Digital

O programa Sefaz 100% Digital reúne ações de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. Recentemente, o Sefaz 100% Digital tornou possível ao usuário acessar e requerer inteiramente on-line 36 novos serviços prestados pela Sefaz-Ba que ainda não estavam online: solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal e um requerimento.

'Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar

todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página', explica **Manoel Vitória**. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo **fisco** baiano.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba cita entre os procedimentos novos implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital os processos de avaliação de bens para o pagamento do **ITD** (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do **Governo do Estado**.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, FISCO, ICMS, IPVA, ITD

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/07/21	



QUALQUER DÉBITO COM A SEFAZ-BA PODE SER PARCELADO ONLINE



admin 12 Julho, 2021

Os contribuintes da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)** que desejam regularizar a situação com o fisco podem fazer isso de forma prática e sem sair de casa. Desde o início do ano está em vigor a solicitação de parcelamento de débitos tributários de qualquer valor pelo www.sefaz.ba.gov.br. Antes da mudança, estabelecida por meio do Decreto nº 20.136, do final de 2020, o valor limite para parcelamento on-line era de R\$ 50 mil.

Para parcelar, basta acessar o site, clicar na Carta de Serviços, destacada no topo, e depois, na busca, digitar parcelamento. O contribuinte terá acesso a todas as orientações necessárias para solicitar o parcelamento. Só não estarão aptos ao parcelamento on-line os débitos ajuizados cujos valores superam R\$ 200 mil.

“A ampliação das opções de parcelamento dos débitos tributários pela internet evita que o cidadão precise se deslocar para ter acesso ao serviço”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, lembrando que a iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, todos os contribuintes com débitos de ICMS, IPVA, ITD e taxas podem solicitar o parcelamento, bastando ter o número do PAF ou o Renavam do veículo.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o call center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Sefaz 100% Digital

O programa Sefaz 100% Digital reúne ações de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. Recentemente, o Sefaz 100% Digital tornou possível ao usuário acessar e requerer inteiramente on-line 36 novos serviços prestados pela Sefaz-Ba que ainda não estavam online: solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal e um requerimento.

“Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página”, explica Manoel Vitorio. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo fisco baiano.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba cita entre os procedimentos novos implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital os processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado.

Débitos de qualquer valor com a Sefaz-Ba podem ser parcelados sem sair de casa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) que desejam regularizar a situação com o **fisco** podem fazer isso de forma prática e sem sair de casa. Desde o início do ano está em vigor a solicitação de parcelamento de débitos tributários de qualquer valor pelo www.sefaz.ba.gov.br. Antes da mudança, estabelecida por meio do Decreto nº 20.136, do final de 2020, o valor limite para parcelamento on-line era de R\$ 50 mil.

Para parcelar, basta acessar o site, clicar na Carta de Serviços, destacada no topo, e depois, na busca, digitar parcelamento. O contribuinte terá acesso a todas as orientações necessárias para solicitar o parcelamento. Só não estarão aptos ao parcelamento on-line os débitos ajuizados cujos valores superam R\$ 200 mil.

'A ampliação das opções de parcelamento dos débitos

tributários pela internet evita que o cidadão precise se deslocar para ter acesso ao serviço', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, lembrando que a iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, todos os contribuintes com débitos de **ICMS, IPVA, ITD** e taxas podem solicitar o parcelamento, bastando ter o número do PAF ou o Renavam do veículo.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para ou ligar para o call center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Sefaz 100% Digital

O programa Sefaz 100% Digital reúne ações de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. Recentemente, o Sefaz 100% Digital tornou possível ao usuário acessar e requerer inteiramente on-line 36 novos serviços prestados pela Sefaz-Ba que ainda não estavam online: solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal e um requerimento.

'Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar

todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página', explica **Manoel Vitória**. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo **fisco** baiano.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba cita entre os procedimentos novos implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital os processos de avaliação de bens para o pagamento do **ITD** (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do **Governo do Estado**.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, FISCO, ICMS, IPVA, ITD

Débitos de qualquer valor com a Sefaz-BA podem ser parcelados sem sair de casa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bahia

Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Os contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) que desejam regularizar a situação com o **fisco** podem fazer isso de forma prática e sem sair de casa. Desde o início do ano está em vigor a solicitação de parcelamento de débitos tributários de qualquer valor pelo site da Sefaz-BA. Antes da mudança, estabelecida por meio do Decreto nº 20.136, do fim de 2020, o valor limite para parcelamento on-line era de R\$ 50 mil.

Para parcelar, basta acessar o site, clicar na Carta de Serviços, destacada no topo, e depois, na busca, digitar parcelamento. O contribuinte terá acesso a todas as orientações necessárias para solicitar o parcelamento. Somente não estarão aptos ao parcelamento on-line os

débitos ajuizados cujos valores superam R\$ 200 mil.

'A ampliação das opções de parcelamento dos débitos tributários pela internet evita que o cidadão precise se deslocar para ter acesso ao serviço', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, lembrando que a iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, todos os contribuintes com débitos de **ICMS, IPVA, ITD** e taxas podem solicitar o parcelamento, bastando ter o número do PAF ou o Renavam do veículo.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o call center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Sefaz 100% Digital

O programa Sefaz 100% Digital reúne ações de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. Recentemente, o Sefaz 100% Digital tornou possível ao usuário acessar e requerer inteiramente on-line 36 novos serviços prestados pela Sefaz-Ba que ainda não estavam online: solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal e um requerimento.

'Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página', explica **Manoel Vitório**. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo **fisco** baiano.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba cita entre os procedimentos novos implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital os processos de avaliação de bens para o pagamento do **ITD** (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do **Governo do Estado**.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Fonte

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO, ICMS, IPVA, ITD

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/07/2021	



Débitos de qualquer valor com a Sefaz-BA podem ser parcelados sem sair de casa

12 julho 2021



Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Os contribuintes da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** que desejam regularizar a situação com o fisco podem fazer isso de forma prática e sem sair de casa. Desde o início do ano está em vigor a solicitação de parcelamento de débitos tributários de qualquer valor pelo [site da Sefaz-BA](#). Antes da mudança, estabelecida por meio do Decreto nº 20.136, do fim de 2020, o valor limite para parcelamento on-line era de R\$ 50 mil.

Para parcelar, basta acessar o [site](#), clicar na Carta de Serviços, destacada no topo, e depois, na busca, digitar parcelamento. O contribuinte terá acesso a todas as orientações necessárias para solicitar o parcelamento. Somente não estarão aptos ao parcelamento on-line os débitos ajuizados cujos valores superam R\$ 200 mil.

“A ampliação das opções de parcelamento dos débitos tributários pela internet evita que o cidadão precise se deslocar para ter acesso ao serviço”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório**, lembrando que a iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. De acordo com o **superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas**, todos os contribuintes com débitos de ICMS, IPVA, ITD e taxas podem solicitar o parcelamento, bastando ter o número do PAF ou o Renavam do veículo.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o call center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Sefaz 100% Digital

O programa Sefaz 100% Digital reúne ações de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. Recentemente, o Sefaz 100% Digital tornou possível ao usuário acessar e requerer inteiramente on-line 36 novos serviços prestados pela Sefaz-Ba que ainda não estavam online: solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal e um requerimento.

“Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página”, explica **Manoel Vitório**. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo fisco baiano.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba cita entre os procedimentos novos implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital os processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Rádio Globo FM (104,3 FM)	
Data: 13/07/2021	Programa: Café das Seis
Assunto: Contribuintes que desejam regularizar situação com o <u>Fisco Estadual</u> podem fazer solicitação de parcelamento de débitos através do site da Sefaz Bahia.	

Data: 13/07/2021

Hora: 06:16:22

Emissora: Rádio Globo FM (104,3 FM)

Programa: Café das Seis

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Contribuintes que desejam regularizar situação com o **Fisco Estadual** podem fazer solicitação de parcelamento de débitos através do site da **Sefaz Bahia**.

Débitos de qualquer valor com a Sefaz-BA podem ser parcelados sem sair de casa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) que desejam regularizar a situação com o **fisco** podem fazer isso de forma prática e sem sair de casa. Desde o início do ano, está em vigor a solicitação de parcelamento de débitos tributários de qualquer valor pelo site da Sefaz-BA. Antes da mudança, estabelecida por meio do Decreto nº 20.136, do fim de 2020, o valor limite para parcelamento on-line era de R\$ 50 mil.

Para parcelar, basta acessar o site, clicar na Carta de Serviços, destacada no topo, e depois, na busca, digitar parcelamento. O contribuinte terá acesso a todas as orientações necessárias para solicitar o parcelamento. Somente não estarão aptos ao parcelamento on-line os débitos ajuizados cujos valores superam R\$ 200 mil.

'A ampliação das opções de parcelamento dos débitos tributários pela internet evita que o cidadão precise se

deslocar para ter acesso ao serviço', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, lembrando que a iniciativa integra o programa Sefaz 100% Digital, que reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, todos os contribuintes com débitos de **ICMS, IPVA, ITD** e taxas podem solicitar o parcelamento, bastando ter o número do PAF ou o Renavam do veículo.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para ou ligar para o call center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Sefaz 100% Digital

O programa Sefaz 100% Digital reúne ações de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. Recentemente, o Sefaz 100% Digital tornou possível ao usuário acessar e requerer inteiramente on-line 36 novos serviços prestados pela Sefaz-Ba que ainda não estavam online: solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal e um requerimento.

'Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término

consultando nossa página', explica **Manoel Vitório**.
Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de
Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de
acesso aos serviços prestados pelo **fisco** baiano.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão
Fazendária da Sefaz-Ba cita entre os procedimentos
novos implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital os
processos de avaliação de bens para o pagamento do
ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
de Quaisquer Bens e Direitos) que passaram a utilizar
exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de
gestão de processos e documentos administrativos
digitais do **Governo do Estado**.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de
Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria
da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO, ICMS, IPVA, ITD

& NEGÓCIOS ECONOMIA

economia@grupoatarde.com.br

DESBUROCRATIZAÇÃO Redução do prazo, antes de 9 dias, resulta da integração da Sedur à RedeSim, rede informatizada para registro e legalização de negócios

Tempo para abrir empresa em Salvador cai para 3 dias

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 28.12.2020



Giovanna Victer: "Adesão à Redesim agiliza negócios"

Valter Campanato / Agência Brasil / 6.8.2019



Carlos Melles: "Sebrae apoia o Empreendedor Digital"

MARJORIE MOURA

O tempo para abertura de empresas na capital baiana, que levava até nove dias em 2020, pode chegar a três dias a partir de hoje, com a integração da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedur) à RedeSim, uma rede de sistemas informatizados para o registro e legalização de empresas no âmbito da União, estados e municípios.

O cidadão deve fazer o pedido no site da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), por meio do Sistema de Registro Integrado (Regin), que enviará simultaneamente os dados à Juceb para viabilidade de nome, descrição do objeto social e Cnae fiscal, e de localização junto a Sedur. Após a aprovação dos órgãos, será realizada a abertura da empresa.

"O cidadão só precisará

acessar um único local para abrir sua empresa. Com isso, evita-se a duplicidade de documentos e exigências, garantindo agilidade e clareza de todo o processo", explica a gerente de Planejamento Urbano da Sedur, Jealva Ávila. Ela acredita ainda que a facilidade na abertura das empresas vai ajudar a atrair mais investimentos para a cidade.

Um dos primeiros passos foi dado em maio, quando ocorreu a integração de procedimentos da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz). Além da emissão rápida e digital do alvará de funcionamento, a secretaria unificou a Taxa de Licença e Localização (TLL) à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) num Documento de Arrecadação Municipal (DAM), e prorrogou o vencimento para 60 dias a partir do lançamento da ins-

crição municipal. Assim, o empreendedor não precisa mais pagar antecipadamente a TLL.

O avanço proporcionou mais celeridade na abertura, em alterações e baixas de empresas, e na unificação de dados cadastrais em sistemas da Sefaz e Sedur. "A Sefaz tem tomado uma série de medidas para modernizar a relação com o contribuinte e aumentar a produtividade de processos da pasta. A adesão à Redesim é mais uma ação para agilizar o ambiente de negócios em Salvador", sintetiza a titular da Sefaz, Giovanna Victer.

Empreendedor digital

Pioneiro na abertura de empresas de forma eletrônica no país, o projeto Empreendedor Digital viabilizou o uso das assinaturas avançadas no registro empresarial por meio da integração com

os selos do GOV.BR. No período de março a junho já foram utilizadas 389.540 assinaturas avançadas.

A iniciativa é fruto da parceria entre o Sebrae e as Juntas Comerciais, e conta com o apoio da Secretaria de Governo Digital, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei).

Para o presidente do Sebrae, Carlos Melles, a iniciativa deve melhorar a posição do Brasil no relatório Doing Business, publicado anualmente pelo Banco Mundial, onde o país ocupa a 138ª posição no indicador abertura de empresas. "O Sebrae está apoiando integralmente a iniciativa e também irá ajudar na implementação do sistema em todo o país com a nossa rede distribuída em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal", ressalta.

ENERGIA

Seca eleva previsão de gasto com termelétricas

DA REDAÇÃO

O Ministério de Minas e Energia elevou as estimativas quanto ao gasto com as usinas termelétricas. De acordo com a pasta, o valor vai ser de R\$ 13,1 bilhões para os consumidores, o que representa 45% de aumento em relação aos R\$ 9 bilhões previstos em junho.

O cálculo foi feito com base em simulações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que considera o uso adicional das usinas desde janeiro, quando a crise hídrica começou no país e obrigou o acionamento desta fonte de energia.

Nas últimas semanas, a geração por usinas termelétricas bateu recorde e gerou 19,2 mil megawatts médios (MWmed). Em janeiro deste ano, por exemplo, a produção térmica não passou de 15,4 mil MWmed. Já em 2014, quando também houve uma crise energética, o recorde diário foi de 15,8 mil MWmed.

O aumento do uso dessas usinas é sentido no bolso dos consumidores por meio das bandeiras tarifárias – uma taxa extra na conta de luz, que sinaliza o valor real da energia gerada. O funcionamento das bandeiras é simples: as cores verde, amarela ou vermelha (nos patamares 1 e 2) indicam se

a energia custará mais ou menos em função das condições de geração.

Em junho, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) revisou o valor da bandeira vermelha patamar dois de R\$ 6,24 a mais a cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos para R\$ 9,49 a mais a cada 100 kWh.

A principal razão para a disparada da tarifa é a seca nas principais bacias hidrográficas que abastecem o país.

Crescimento do uso das termelétricas é sentido no bolso dos consumidores

As cores verde, amarela ou vermelha indicam se a energia custará menos ou mais

PETRÓLEO

Petrobras assina acordo da Pré-sal na Bacia de Santos

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras assinou com a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) o Acordo de Coparticipação de Itapu, que regulará a coexistência do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo de Itapu, no pré-sal da Bacia de Santos.

Em nota a companhia informou que as negociações começaram logo após a licitação feita em 6 de novembro de 2019. Com ela, a Petrobras adquiriu 100% dos direitos de exploração e produção do volume excedente da Cessão Onerosa do campo. Juntas, a Petrobras e a PPSA definiram o Plano de Desenvolvimento de Itapu, as perspectivas de curva de produção e de volumes recuperáveis, alinhadas às participações.

Cessão onerosa

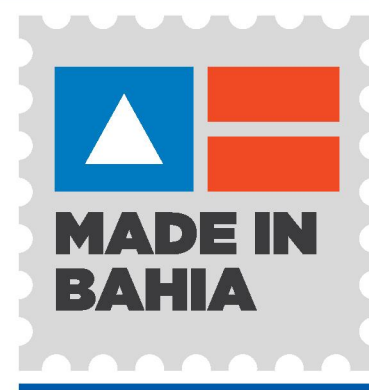
Na cessão onerosa, a área coparticipada é de 51,708% com volume recuperável total de 350 milhões de barris de óleo equivalente (boe). Já na partilha de produção é de 48,292% com volume recuperável total de 319 milhões boe.

Conforme a Petrobras, as premissas de preços de óleo e gás, de taxa de desconto e de métricas de custos uti-

lizadas foram estabelecidas na Portaria do Ministério de Minas e Energia MME nº 213/2019. O valor da compensação total devida ao Contrato de Cessão Onerosa, ou seja, 100% Petrobras, pelo Contrato de Partilha de Produção é de aproximadamente US\$ 1,274 bilhão. O valor, de acordo com a empresa, será integralmente recuperado como Custo em Óleo pela Petrobras, como contratada.

Ainda na nota, a Petrobras destacou que a efetividade do Acordo depende de aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). "A estimativa de compensação apresentada tem como base a data efetiva do Acordo em 01/09/21. Caso a data de aprovação por parte da ANP leve a outra data de início de efetividade, serão realizados os ajustes necessários", completou a companhia.

A Petrobras destacou que a efetividade do acordo depende de aprovação pela ANP



ITF Chemical – 21 anos de Investimentos na Bahia



IRAN VIEIRA DE MELO
CFO da ITF Chemical

Em agosto de 2000, o Grupo Italiano Italfarmaco visualizou no Brasil e na Bahia a oportunidade de ampliar sua produção mundial de ingredientes farmacêuticos ativos (IFA), adquirindo da GlaxoSmithKline três plantas produtivas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari. Naquele momento a ITF Chemical iniciava uma história de sucesso, marcada por grandes desafios, sempre superados através da capacidade técnica dos seus funcionários e dos investimentos contínuos de seus acionistas.

Atualmente a ITF Chemical opera com o suporte de 120 funcionários diretos, produzindo um portfólio de 14 IFAs, incluindo oncológicos, antidepressivos, hipertensivos e nutracêuticos, com volume anual de produção que ultrapassa 200 toneladas de produtos, os quais são vendidos, principalmente, para o Brasil, Espanha, Estados Unidos e Itália. A ITF possui, ainda, certificação de Boas Práticas de Fabricação (BPF – Anvisa), além de ser inspecionada pelo FDA americano.

Neste contexto, apesar das incertezas que marcam o cenário econômico no Brasil, notadamente as projeções inflacionárias e agravamento na dívida líquida do setor público, é necessário ponderar que tais indicadores têm mostrado uma evolução relativamente positiva, já que seu comportamento tem se mantido dentro ou abaixo das projeções.

Dessa forma, ao acreditar na recuperação da atividade econômica, notadamente nos mercados mais desenvolvidos, nos quais observam-se avanços nos programas de imunização contra a Covid-19, e pacotes de estímulos fiscais, a ITF projeta aumentar seu volume de produção em 40% até 2025, consolidando sua posição no mercado nacional, e ampliando as vendas para o exterior, especialmente a partir do segundo semestre de 2022, com destaque para o mercado espanhol e para o mercado americano.

Para alcançar esta impressionante marca, a ITF continuará investindo no treinamento dos seus funcionários, na modernização de suas plantas produtivas e parque de equipamentos, focando em automação e melhoria contínua de qualidade, com atenção especial para os equipamentos do seu moderno laboratório de controle. Isso porque é fundamental buscar formas diferentes de continuar a se superar, ou seja, fazer muito mais consumindo menos, já que trabalhamos num ambiente de grande pressão inflacionária, cujos custos, sobretudo energia e gás, vêm crescendo em patamares muito acima da inflação.

Honestidade, respeito, responsabilidade, foco e inovação são a base sobre a qual a ITF Chemical e seus funcionários têm edificado uma história de sucesso, já que este último não se consegue sozinho, mas sim como um time, com propósitos e objetivos claramente definidos, assim como o compromisso inabalável de superá-los.

COVID-19 Distrito Federal autorizou ontem a redução do tempo de aplicação entre doses da vacina da AstraZeneca Bahia não tem autorização para reduzir período entre doses de vacina, diz Sesab

THIAGO CONCEIÇÃO

A Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) afirma que a Bahia não tem recomendação de diminuir o intervalo entre a primeira e a segunda dose da vacina AstraZeneca contra a Covid-19, em nota enviada ao A TARDE. O anúncio ocorre no momento em que o Distrito Federal (DF), em decisão tomada ontem, autoriza a redução do tempo de aplicação das doses do imunizante, mesmo sem a orientação do governo federal. O intervalo mais curto visa aumentar a segurança contra a variante delta do coronavírus e já foi adotado em sete estados.

A bula da vacina AstraZeneca contra a Covid-19 recomenda o intervalo de quatro a 12 semanas entre as doses. O Ministério da Saúde atualmente orienta a aplicação no intervalo máximo da bula, dentro de três meses, mas os gestores dos locais que optaram pelo menor período justificam que a medida aumenta a velocidade de imunização e gera maior proteção contra a disseminação da variante delta do novo coronavírus.

Cenário

Até o momento, já divulgaram a redução do intervalo entre as doses da AstraZeneca o Distrito Federal (para 60 dias), Pernambuco (para 60 dias), Ceará (60 dias), Acre (45 dias), Espírito Santo (70 dias), Piauí (70 dias), Santa Catarina (70 dias) e Mato Grosso do Sul (60 dias).

Apesar do movimento de redução do período entre as duas doses, no caso da Bahia, a diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), Flávia Bravo, alerta que manter o maior tempo

Intervalo mais curto visa aumentar a segurança contra a variante delta

entre as aplicações pode ser o ideal.

"A AstraZeneca tem essa flexibilidade de tempo entre a primeira e a segunda dose, que vai de quatro a 12 semanas. No entanto, a resposta imunológica do corpo pode ser melhor com o maior intervalo. Além disso, o igual período para as apli-

cações de doses facilita a organização do plano de imunização, reduzindo erros de contagem. Em estados como a Bahia, onde existe a limitação de doses e a aplicação passa a sofrer suspensões, o prazo mais estendido permite a melhor organização da vacinação", diz Bravo.

Em Salvador, a Prefeitura

tem antecipado a segunda dose da vacina contra a Covid-19 de forma pontual. Hoje, todas as pessoas que estão com a data de reforço da vacina programada até o dia 18 deste mês já podem procurar os pontos de imunização. Os horários e locais de vacinação contra a Covid-19 estão disponíveis no site ofi-

cial da SMS, www.saude.salvador.ba.gov.br.

Ainda segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, divulgados ontem, 21 mil pessoas estão com o reforço atrasado na capital baiana. O total de 1.630.509 pessoas estão vacinadas em Salvador, com 513.974 totalmente imunizadas.



Um total de 513.974 recebeu duas doses em Salvador

Rafael Martins/ Ag. A TARDE

Prefeitura orienta grávidas e puérperas sobre documentação

GABRIEL GALINDO

A Prefeitura explicou, em nota divulgada ontem, sobre problemas relacionados a documentação para vacinação de grávidas e puérperas, que precisa ser adquirida junto a médicos. Reclamações ocorreram ontem devido à falta de tempo para obtê-la, já que essas exigências foram anunciadas horas antes da vacinação desse público ser iniciada.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a nova obrigatoriedade da apresentação do relatório médico para imunização segue determinação da Nota Técnica Nº 2/2021, do Ministério da Saúde. As mulheres podem adquirir o documento se dirigindo aos postos de saúde, onde são acompanhadas para solicitar o cadastramento no sistema e obter a prescrição médica impressa.

Devido à falta de imunizantes, vacinação com a dose, contra Covid-19, hoje, será apenas para pessoas com 40 anos nascidas exclusivamente no período de 10 de novembro de 1980 a 10 de janeiro de 1981 e que realizaram agendamento prévio por meio do site "Hora Marcada". A Prefeitura anunciou a antecipação para hoje, das 8h às 14h, da aplicação da 2ª dose para quem tem a data de reforço da vacina programada para até 18 de julho. Segundo



Grávidas e puérperas apresentarão relatório médico

Felipe Iruatã/ Ag. A TARDE

a Prefeitura, 21 mil pessoas não tomaram o reforço.

Os imunizantes da CoronaVac estarão disponíveis nos pontos fixos: UBS Nelson Piauhy Dourado (Águas Claras), USF Cajazeiras V, USF Federação, Barradão, 5º Centro de Saúde (Barris) e USF Curralinho e nos drives: Barradão, 5º Centro de Saúde (Barris), Atakadão Atakarejo (Fazenda Coutos), Centro de Convenções e FBDC Cabula. Para a de Oxford, são os pontos fixos: USF Vista Alegre; USF Vale do Matatu, USF Teotônio Vilela II (Fazenda Cou-

tos II); USF Plataforma, USF Resgate, Parque de Exposições, FBDC Brotas, Cajazeiras X, Universidade Católica (Pituaçu), UBS Ramiro de Azevedo, USF Pirajá, USF Santa Luzia (Engenho Velho de Brotas), Clube dos Oficiais (Dendezeiros) e USF Fernando Filgueiras (Cabula VI). Além dos drives: PAF Ondina, Faculdade de Universo, Universidade Católica (Pituaçu), Arena Fonte Nova, Parque de Exposições, Shopping Bela Vista e FBDC Brotas. Ontem, na capital baiana, mais de 1.950 pessoas foram vacinadas.

Voluntários pedem mudanças na vacinação da população de rua

DA REDAÇÃO

Pessoas que fazem um trabalho voluntário junto a pessoas em situação de rua têm defendido mudanças nos horários e locais de vacinação desse público. Este é o caso do estudante de direito Lucas Gonçalves e do seu amigo Rafael Reis, criadores do Projeto Salvador Invisível, que visa dar visibilidade a essas pessoas e busca quebrar o preconceito que ainda sofrem.

O projeto conta com 60 voluntários, que auxiliam os moradores de rua na retirada de documentos, solicitação de auxílio moradia, na obtenção de vagas em albergue, cursos de qualificação e até em empregos. O Salvador Invisível foi fundado em 1º de fevereiro de 2019 e, de lá pra cá, conforme informou o próprio Lucas, já prestou assistência a duas mil pessoas – a maioria delas durante a pandemia de Covid-19. Inclusive, integrantes do projeto têm acompanhado o processo de vacinação contra a Covid-19 dessa população e reivindicam mudanças na estratégia de vacinação, com campanhas de divulgação e mudanças nos locais e horários de aplicação da vacina.

"Defendemos que a vacinação seja feita nos locais onde essa população costuma ficar, e durante à noite ou no período da madrugada", explica Lucas. Ele explica que, durante o dia, a popu-



Imunização desse grupo foi iniciada no último dia 29

Divulgação

lação em situação de rua fica espalhada pela cidade, já que precisam obter recursos para garantir a alimentação. "Para a sociedade comum, é tranquilo sair do trabalho para ir tomar a vacina, mas para a população de rua não. Esse público trabalha durante o dia para poder comer à noite", explica Lucas, que é coordenador do Projeto Salvador Invisível.

A imunização da população em situação de rua, em Salvador, foi iniciada no último dia 29 de junho, juntamente com todos os mo-

dores das ilhas dos Frades, Maré e Bom Jesus dos Passos. Todos imunizados com a vacina da Janssen, que é de dose única. Segundo informações da assessoria de comunicação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), até a última quarta-feira (7), foram realizados três mutirões para vacinar os moradores de rua. Das 6.015 pessoas cadastradas, foram imunizadas 1.072.

Além disso, a SMS espera a chegada de novas doses para continuar à imunização dessa população.

Salvador reduz prazo de abertura de empresas para três dias

MENOS BUROCRACIA Notícia boa para quem tem planos de abrir uma empresa em Salvador: o processo burocrático ficará mais simples e rápido a partir de hoje. O anúncio foi feito pela prefeitura. As mudanças ocorrem porque a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedur) passará a integrar a RedeSim, uma rede de sistemas informatizados para o registro e legalização de empresas no âmbito da União, Estados e Municípios.

Antes, para abrir uma empresa, o baiano demorava em torno de nove dias. Agora, o processo será otimizado e será possível ga-

A abertura e as alterações de empresas serão solicitadas de maneira integrada

rantir a documentação do negócio em apenas 72 horas.

Os serviços de abertura e alterações de empresas serão solicitados de maneira integrada. Ou seja, o cidadão vai fazer o pedido no site da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), através do Sistema de Registro Integrado (Regin), que enviará simultaneamente os dados à Juceb para viabilidade de nome, descrição do objeto social e Cnae fiscal e, em seguida, para viabilidade de localização junto à Sedur. A partir daí, é só aguardar a aprovação de ambos os órgãos para oficializar a abertura da empresa.

“O cidadão só precisará acessar um único local para abrir sua empresa. Com isso, evita-se a duplicidade de documentos e exigências, garantindo agilidade e clareza de todo o processo”, afirmou a gerente de Planeja-

mento Urbano da Sedur, Jealva Ávila, que acredita que a facilidade vai impulsionar o comércio local.

Em maio ocorreu a integração da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz). Além da emissão rápida e digital do alvará de funcionamento, a Sefaz unificou a Taxa de Licença e Localização (TLL) à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) em um único Documento de Arrecadação Municipal (DAM), e prorrogou o vencimento para 60 dias a partir do lançamento da inscrição municipal. Assim, o empreendedor não precisa mais pagar antecipadamente a TLL.

O avanço fez com que as empresas fossem abertas mais facilmente e também acelerou alterações e baixas nos negócios, bem como na unificação de dados cadastrais em sistemas da Sefaz e Sedur.

HOMOLOGADO ACORDO PARA PAGAR RODOVIÁRIOS

CSN O acordo entre o Sindicato dos Rodoviários, a Concessionária Salvador Norte (CSN) e a prefeitura de Salvador foi homologado na noite de domingo (11) pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5-BA). A efetivação do acordo dependia da transferência de R\$ 20,6 milhões pelo município. A liberação do valor ocorrerá a partir de conciliação na 5ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), entre a CSN e o Município de Salvador, que foi homologada também nesse domingo. Haverá ainda a necessidade de adesão individual por cada trabalhador para que receba os valores estipulados no acordo.

DIVULGAÇÃO



Morre o desembargador Mário Augusto Albiani Alves

EX-PRESIDENTE DO TJ O corpo do desembargador Mário Augusto Albiani Alves, ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), foi enterrado ontem, no Cemitério Jardim da Saudade, em Brotas. Albiani morreu no domingo (11) - a causa da morte não foi revelada. Ele dedicou mais de 60 anos aos

serviços jurisdicionais. O desembargador ingressou na Universidade Federal da Bahia em 1954 para cursar Direito e, 10 anos depois, foi nomeado juiz para a comarca de Palmeiras, na Chapada Diamantina. Em 1979, se tornou desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia, órgão que presidiu. Em 1991,

Albiani foi governador da Bahia pelo período de 10 dias, durante o governo de Nilo Coelho, que era vice e assumiu o governo do Estado no lugar de Waldir Pires após a renúncia deste à época para concorrer à vice-presidência da República, na chapa com Ulisses Guimarães.

A COLUNA SATÉLITE VOLTARÁ A SER PUBLICADA A PARTIR DA SEGUNDA QUINZENA DE JULHO

Assine o Correio e escolha o seu presente

Assinatura a partir **R\$ 9,90/mês**

Escolha seu brinde:

- Carregador Portátil VX Case
- Fone de ouvido VX Case
- Kit Churrasco personalizado

ASSINE JÁ

Correio

www.correio24h.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2021

Tipo de Julgamento: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do país. A Secretaria de Educação, comunica aos interessados que fará realizar no dia 13/08/2021, às 09 horas, no Prédio da Secretaria Municipal de Educação, situada a Rua Antônio Dias da Mota, nº 367 - Centro, Filadélfia- Bahia, certame para credenciamento de Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituintes de Cooperativas e Associações em sessão pública para o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O edital contendo as instruções encontra-se à disposição dos interessados no endereço: http://www.implicacoes.org/pm_filadelfia/ ou através de solicitação no e-mail: licitaopm@gmail.com. 12/07/2021.

Welton Paixão da Silva Lima - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOFILÂNDIA
CNPJ N: 13.845.466/0001-30
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO - LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO P/ SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/20

O Município de Teofilândia/BA, torna pública a reabertura dos prazos da Licitação, na modalidade Pregão Presencial Para sistema de Registro de Preço nº 010/2021, objetivando o Registro de Preço para futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E CORRELATOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO. Ficando assim alterado a data de abertura para o dia 25/07/2021 às 09h no mesmo local. O Edital retificado poderá ser retirado no site www.teofilandia.ba.gov.br - ou por e-mail: licitacaoteofilandia@gmail.com, Higo Moura Medeiros - Prefeito. Fundamentação: Art. 21, §4º da Lei 8.666/93

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL JAMBEIRO
CNPJ N: 13.195.862/0001-69
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021

O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2021, Processo Administrativo nº 0168/2021. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de próteses dentárias, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde visando ampliar o acesso às ações de reabilitação em saúde local. Acoplimento das Propostas: 08h00min de 13/07/2021 até as 08h00min de 23/07/2021. Abertura das Propostas: 23/07/2021, às 08h00min. Disputa: 23/07/2021 às 09h00min. Endereço Eletrônico: <https://www.licitacoes-e.com.br>. Código BB nº 882743. Edital: Disponível na plataforma. Informações: licitacaorafajambeiro@gmail.com. Rafael Jambreiro/BA, 13 de julho de 2021. Marcos Luiz Arjones de Souza-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJUNGE
CNPJ N: 13.698.782/0001-26
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº012/2021

O Pregoeiro do Município de Quijunge/BA torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 012/2021 - Processo Administrativo Nº 089/2021, Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de expediente para atender às necessidades de todas as secretarias do Município de Quijunge/BA. Sessão: às 15:00 horas do dia 21/07/2021 no site eletrônico Portal BLL - www.bll.org.br. Obtenção do Edital pelo site eletrônico Portal BLL - www.bll.org.br. Quijunge - Bahia, 09 de julho de 2021. Anilton Cícero Santos - Pregoeiro Oficial.

Sesc
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, PARA FORNECIMENTO DE MASSAS FRESCAS E DERIVADOS PARA ATENDER ÀS UNIDADES DO SESC NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26 DE JULHO DE 2021, ÀS 10H30. CONCORRÊNCIA N.º 06/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE TRATAMENTO DAS COBERTURAS E ESTRUTURAS METÁLICAS PARA A UNIDADE CENTRO SESC JEQUIÊ.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05 DE AGOSTO DE 2021, ÀS 13H30.

O Edital referente ao Pregão Eletrônico acima referenciado encontra-se disponível aos interessados através do Site: www.sescbahia.com.br. Link "Licitações". Protocolo 21/01.00091-PG, sob o Título - "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSAS FRESCAS E DERIVADOS" e a Concorrência Protocolo 21/01.00006-CC, sob o Título - "SERVIÇOS DE TRATAMENTO DAS COBERTURAS E ESTRUTURAS METÁLICAS". Todos poderão ser obtidos, também, através de solicitação enviada ao e-mail: licitacao@sescbahia.com.br.

Salvador, 13 de Julho de 2021. Comissões de Licitação.

INSS: portaria cria serviço de atendimento especializado

PREVIDÊNCIA O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) criou um novo serviço de atendimento especializado que possibilita agendamentos para atendimento presencial em casos de "demandas que não podem ser resolvidas pelos canais remotos". A portaria nº 908, que prevê o serviço, foi publicada no Diário Oficial da União de ontem.

De acordo com o instituto, o atendimento será liberado a partir desta quinta-feira, de forma a permitir que "muitas pessoas, que não estavam conseguindo atendimento presencial por conta da pandemia, sejam atendidas numa agência do INSS, com horário marcado e toda a segurança".

O agendamento do serviço deve ser feito via telefone 135. Por meio da ligação, o aten-

Novo serviço do INSS vai atender demandas que não podem ser tratadas nos canais remotos do órgão

dente analisará a solicitação e fará o andamento caso a situação se enquadre nos casos listados na portaria. O agendamento poder ser feito também nas agências.

O agendamento para os atendimentos abrange serviços como os de contestação de Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) - metodologia pela qual se identifica quais doenças e acidentes estão relacionados com a prática de uma determinada atividade profissional.

Também se enquadram nos casos previstos pela portaria os atendimentos solicitados por portadores de necessidades especiais (maiores de 80 anos de idade, deficiência auditiva ou visual); de órgãos mantenedores inválidos que, por isso, impossibilitam a solicitação de serviços; consultas à consignação administrativa; pensão especial vitalícia da pes-

soa portadora da Síndrome da Talidomida; pensão mensal vitalícia do seringueiro e de seus dependentes; e pensão especial das vítimas de hemodialise de Caruaru, em Pernambuco.

A lista contempla beneficiários cujos requerimentos foram concluídos "sem atendimento ao solicitado, relacionado a falha operacional não vinculada à análise do direito"; casos de solicitação de retificação da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); em casos de parcelamento ou impugnação à cobrança administrativa do monitoramento operacional de benefícios presencial (MOB Presencial); nos casos em que seja necessária a ciência do cidadão sobre a necessidade de inscrição no CadÚnico; e demais casos em que haja "impossibilidade de informação ou de conclusão da solicitação pelos canais remotos".

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,173	R\$ 5,174
Dólar Turismo	R\$ 5,213	R\$ 5,337
Euro turismo	R\$ 6,207	R\$ 6,333

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	127.593,83	1,73%

POUPANÇA

13/7/2021 0,1559%

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

MERCADO PREVÊ INFLAÇÃO MAIOR

Sondagem Os analistas do mercado financeiro elevaram de 6,07% para 6,11% a estimativa média de inflação em 2021, ao mesmo tempo em que passaram a ver um crescimento de 5,26% do Produto Interno Bruto neste ano. As projeções constam no boletim Focus, divulgado ontem.

EMBRAER FECHA A VENDA DE ATÉ 80 JATOS

AVIAÇÃO A Embraer assinou contrato com a companhia aérea Porter Airlines para a venda de 30 jatos E195-E2, além de direito de compra de mais 50 aeronaves do mesmo modelo. O contrato tem valor de US\$ 5,82 bilhões. Os jatos vão ser incluídos na frota da empresa que tem plano de expansão para destinos em toda a América do Norte. Os destinos incluídos na rota são Canadá, Estados Unidos, México e Caribe a partir de Ottawa, Montreal, Halifax e do Toronto Pearson International Airport.

DÓLAR CAI PELA PRIMEIRA VEZ NO MÊS

CÂMBIO Em um dia de alívio no mercado financeiro, o dólar encerrou, ontem, vendido a R\$ 5,174, com recuo de R\$ 0,065 (-1,75%). Foi a primeira queda do mês de julho. A divisa acumula valorização de 4,04% em julho, mas voltou a registrar queda no acumulado do ano. Em 2021, o dólar tem pequeno recuo de 0,2%. Na Bolsa de Valores, o dia também foi marcado pelo otimismo. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 127.594 pontos, com alta de 1,73%.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Tudo o que aconteceu desde que a proposta de reforma do Imposto de Renda foi apresentada confirma as críticas iniciais. O governo errou, o projeto é ruim, aumenta a carga, e a solução de deixar a reforma ser consertada pelo Congresso é temerária. Ontem, ao apresentar seus números, a Receita admitiu que arrecadará a mais, com o fim do desconto padrão para uma parte da classe média, um total de R\$ 10 bi a R\$ 11 bilhões por ano. Isso é uma confissão de que aumentou brutalmente a carga sobre uma parcela da classe média.

A coluna analisou o projeto com um ex-secretário da Receita, Jorge Rachid, e com o presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, Gustavo Brigagão, e seu sócio Roberto Duque Estrada. Eles apontaram muitos defeitos no texto original da proposta. O ministro Paulo Guedes já admitiu tanta mudança que fica claro que ele não tem qualquer segurança no conteúdo que apresentou. E essa reforma precisa ser extremamente técnica, baseada em simulações sólidas, porque se trata do imposto a ser cobrado das empresas e pessoas e do que vai garantir os cofres públicos. A sensação é de improviso.

"A classe média é atingida pela redução do limite da declaração simplificada, a que pode fazer o desconto padrão de 20%. Hoje, o cálculo é feito por um valor máximo, o que permitia aos contribuintes com ganhos até R\$ 83.777 por ano usarem esse desconto. Agora o limite será pela renda de quem ganha até R\$ 40.000. Moral da história: quem ganha entre R\$ 40.000 e R\$ 83.777 vai pagar mais imposto. É um número expressivo de contribuintes", diz Rachid.

Ontem a Receita divulgou que só com essa medida recolherá mais R\$ 9,9 bi no ano que vem e mais de R\$ 11 bi em 2024. Ou seja, vai tirar essa dinheirama toda de quem ganha hoje mais de R\$ 3.076 por mês e menos de R\$ 6.444. Essa faixa vai entregar mais R\$ 10 bi, por ano, ao governo.

Reforma complica e eleva carga do IR

Na pessoa jurídica, Rachid acha que há muitas imprecisões e correções a serem feitas. Um dos pontos é que o projeto fala em tributar os dividendos a partir do ano que vem. Isso será um absurdo, porque o que for distribuído em 2022 será de lucro gerado este ano e já tributado na pessoa jurídica com a alíquota de 34% (IRPJ mais CSLL):

"Teria que ser sobre os lucros gerados a partir de janeiro de 2022".

Há outros riscos, como os créditos fiscais que ficarão "micados" nas holdings. É uma quantia enorme. O relator está falando em mudar esse ponto, mas o curioso é como entrou assim.

"Isso afugenta o investidor, enquanto os Estados Unidos estão chamando investidor para investir no país para empregar a

mão de obra. Os empresários farão as contas e vão perceber que está ficando arriscado investir no Brasil", diz Rachid.

Ele alerta que a proposta pode trazer de volta a distribuição disfarçada do lucro, com a empresa pagando despesas dos sócios. Diz que o aumento de tributação para as administradoras de imóveis, como shoppings, que passarão a pagar pelo lucro real, baterá sobre empresas que atravessaram parte da pandemia fechadas.

Os advogados Gustavo Brigagão e Roberto Estrada avaliam que esse projeto é pior do que a primeira parte da reforma que foi a unificação do PIS/COFINS. Eles classificam o PL como um "desastre absoluto", porque aumenta a carga tributária e torna mais complexo para o con-

tribuinte apurar e emitir a sua declaração.

"Isso não é uma reforma tributária, é um aglomerado de normas desencontradas e desconexas que acabam com institutos que são fundamentais para a simplicidade e para a segurança jurídica no nosso sistema de tributação da renda", afirmam.

Eles explicam que há problemas nas três pernas da proposta. Para a Pessoa Jurídica, calculam que haverá forte aumento de carga, porque para cada ponto de redução de IRPJ o governo aumentou quatro pontos de tributação de dividendos. Na Pessoa Física, a restrição à declaração simplificada vai dificultar o acesso aos descontos pelo contribuinte, e o fim da dedução dos Juros sobre Capital próprio pode afastar investimentos.

Rachid acha que há alguns pontos bons na reforma, mas eles ficaram soterrados pelo que ele define como uma "baixa complexidade" que está voltando para o sistema.

Todos esses erros serem "consertados" no Congresso é muito arriscado tecnicamente. Simplesmente, não é assim que se faz uma reforma no Imposto de Renda.

Tribuna

Coluna ESPLANADA



LEANDRO MAZZINI

BARRIGA DE ALUGUEL

A sonegação de ICMS no comércio do etanol no Estado de São Paulo atinge 40% de tudo o que é vendido, segundo o Instituto Combustível Legal. Isso só é possível graças a um esquema manjado há muito tempo, mas não combatido pela Secretaria de Fazenda: uma empresa laranja financiada por um terceiro compra o etanol e o revende sem recolher o ICMS. Só que a empresa laranja cobra do financiador da operação um percentual do que deveria ser recolhido do imposto. O nome desse antigo esquema é "Barriga de Aluguel".

O Rei...

Gustavo Monte é o grande personagem do esquema que dura mais de 10 anos. Apelidado de "Rei da Barriga de Aluguel".

..do esquema

Monte utiliza as empresas Aspen, Monte Cabral, Evereste e Petroquality para burlar o fisco paulista e comercializar bilhões de litros do combustível.

Gol contra

Recentemente Monte passou a usar uma nova empresa para engambelar a fiscalização: a Gol. Estima-se que 20% de todo o etanol comercializado sem o recolhimento do ICMS no Estado passem pelas empresas ligadas ao "Rei".

do Recife João Campos. Aliás, Campos quer projeção nacional para alguns anos. Pode ser cabo eleitoral da namorada e ela uma ponte para o maior colégio eleitoral do País.

Dois palanques

O ex-presidente Lula da Silva tem uma missão pessoal na sua visita ao Recife nas próximas semanas. Apagar as mágoas entre os primos João Campos e a deputada federal Marília Arraes. Não é questão de ser o tiozão boa gente. É palanque para ele no PT e no PSB ano que vem.

Ponta da agulha

A ANTT pagou R\$ 200.352,72 por 2.584 peças – camisas, jaquetas, calças – à LN Indústria e Comércio

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 13/07/2021	Página: 02

Tribuna

Piada 1

Virou motivo de piada na base de Bruno Reis a aprovação, na última semana, do PL que possibilitou prorrogar o programa Salvador para Todos, que concede auxílio de R\$ 270 para profissionais prejudicados pela pandemia. Não pegou bem, avaliam governistas, excluir quem já foi vacinado e tenha idade igual ou superior a 42 anos. "No momento em que as pessoas querem o retorno do auxílio federal de 600 reais, não foi nada bom excluir quem ainda está tentando retornar ao trabalho", disse um governista.

Piada 2

Tirar benefício não é bom para quem quer ser deputado em 2022. Segundo vereadores ouvidos por Raio Laser, excluir quem tem mais de 42 anos foi um tiro no pé. "É justamente quem, estatisticamente, tem mais dificuldade para retornar ao mercado de trabalho", disse um vereador que disse já imaginar, em 2022, cartazes que lembrem os edis que votaram a favor da emenda apresentada pelo vereador Alexandre Aleluia.

Tribuna

Governo calcula que reforma do IR vai gerar R\$ 6 bi até 2024

O ESTADO DE S.PAULO

A Receita Federal prevê um ganho de arrecadação de R\$ 6,15 bilhões com o impacto acumulado, de 2022 a 2024, do projeto de lei que altera o Imposto de Renda das empresas e das pessoas físicas.

Em 2022, último ano do governo Jair Bolsonaro, o ganho total previsto é de R\$ 2,47 bilhões, valor diferente do divulgado pelo Ministério da Economia, há duas semanas, quando o projeto foi enviado ao Congresso. Na ocasião, o governo informou que o impacto seria praticamente neutro (sem aumento ou diminuição da arrecadação) com saldo positivo de R\$ 900 milhões. Para 2023, o impacto previsto é de incremento de R\$ 1,6 bilhão e, em 2024, mais R\$ 2,08 bilhões.

O risco de elevação da carga tributária tem sido a maior crítica dos setores empresarial e financeiro desde que o projeto foi lançado. A expectativa é de uma mudança ampla do projeto no parecer do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Sabino passou o domingo em reuniões com os técnicos da Receita para fechar o parecer preliminar que deverá ser apresentado na terça-feira,



A RECEITA Federal prevê um ganho de arrecadação de R\$ 6,15 bilhões com o impacto acumulado, de 2022 a 2024, do projeto de lei que altera o Imposto de Renda

13, para os líderes dos partidos.

As previsões de impacto e a metodologia de cálculo foram apresentadas nesta segunda-feira, 12, pela Receita após o órgão ter sido acusado de não ter passado as projeções e de ter errado na calibragem das alíquotas do IR para empresas, principalmente. As críticas partiram do setor privado e também de dentro da equipe econômica, com o que cha-

mam de "sanha arrecadatória".

No documento divulgado nesta segunda, a Receita responde às críticas ao afirmar que precisa adotar o "princípio de prudência". "Considerando que tais estimativas tem por objetivo subsidiar a tomada de decisão no âmbito da política tributária, e que estas decisões impactarão diretamente o atingimento das metas de resultado fiscal previstas na Lei de Dire-

trizes Orçamentárias, é imperativo a aplicação do princípio da prudência", diz o Fisco.

O governo agora incluiu na conta R\$ 880 milhões de previsão de arrecadação da medida que permite aos contribuintes fazerem atualização do imóvel pagando alíquota de 4% sobre a diferença do valor. Para 2023, a Receita estima uma redução no recolhimento de tributos de R\$ 2,45 bilhões e de R\$ 2,03 bilhões em 2024.

Tribuna

INSS: Pente-fino no auxílio doença vai começar em agosto

LILY MENEZES
REPORTER

A partir do próximo mês, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) começará a convocar os beneficiados pelo auxílio por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença, para fazer a revisão dos benefícios. A Operação Pente-Fino acontece depois do anúncio de uma redução de R\$ 2,5 bilhões na verba destinada à Previdência Social, medida tomada para garantir a aprovação do Orçamento Geral da União. O Governo Federal disse ter tomado a iniciativa para combater possíveis fraudes no sistema de concessão do benefício; com as revisões, que começarão a ser feitas entre os mais jovens e que estejam recebendo o auxílio ou aposentadoria por invalidez por mais tempo, a expectativa é de uma economia de

R\$ 9,8 bilhões. Cerca de 170 mil pessoas devem participar da revisão, cujos erros encontrados podem acontecer tanto por parte do próprio órgão quanto pela entrega de documentos adulterados ou falsos pelo interessado no momento da solicitação. Na Bahia, 16.278 auxílios foram concedidos por acidente de trabalho no ano passado, informou a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

CONVOCAÇÕES

Segundo a Previdência Social, os cadastrados começarão a receber convocações para o agendamento de uma nova perícia que verifique a incapacidade para o trabalho através de meio eletrônico, aviso do banco no qual o benefício é pago ou de publicação no Diário Oficial da União; as cartas já começaram a ser enviadas para os endereços de quem deve fazer a revisão. Depois de receber o aviso, o beneficiário tem até trinta dias

para agendar sua perícia através do site e aplicativo Meu INSS, ou pelo telefone 135. Ainda de acordo com a autarquia, a estimativa de tempo entre o agendamento e a realização da perícia é de 39 dias. Se o trabalhador não se apresentar para a realização dos exames até o final do prazo, o benefício é suspenso. As maiores fraudes encontradas na Operação Pente-Fino são falsificações de certificados de vida, vínculos fictícios e atestados adulterados usados nas solicitações. Quem recebe o benefício de forma indevida pode responder pelos crimes de estelionato previdenciário, falsificação ideológica, corrupção passiva e peculato, que consiste em se apropriar do dinheiro público em interesse próprio ou de terceiros.

PROVAS

Ainda assim, especialistas em direito previdenciário dizem que o beneficiado não deve entrar em desespero por cau-



Foto: Romildo de Jesus

REVISÃO

Autarquia pretende submeter vários benefícios a uma nova análise mês que vem

sa da Operação Pente-Fino; o recebimento só será cancelado para quem realmente não se enquadrar nas regras. Assim, é importante manter por perto toda e qualquer prova de aptidão, como exames e laudos médicos atualizados. "O primeiro passo é reunir os documentos que estão sendo solicitados pelo INSS. Muitas vezes, o órgão apenas solicita documentos para alteração cadastral. Cumprindo as exigências, o segurado não terá problemas com o benefício.

Porém, pode ser identificada alguma irregularidade no recebimento. Neste caso, o segurado terá que apresentar defesa, correndo o risco de ter o benefício bloqueado ou cessado", recomendou Luiz Gustavo Bertolini, advogado especializado em Direito Previdenciário no escritório Aith, Badari e Luchini Advogados. No site ou aplicativo Meu INSS, os beneficiários podem atualizar dados como e-mail, endereço e telefones. Se mesmo assim a pessoa beneficiada cair no

pente-fino, os documentos da defesa também devem ser anexados no Meu INSS, a menos que seja convocada para apresentar os originais de forma presencial numa agência de atendimento. Alguns públicos, como pessoas com mais de 55 anos que recebem o benefício por invalidez e portadoras de HIV/AIDS que recebem benefício previdenciário, não serão convocados para a perícia, mas também estão obrigadas a manter os dados em dia.

Conquista é um dos oito municípios a se qualificar para parcerias público privadas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: diario

Texto: Secom PMVC. Foto: Ascom Câmara

Vitória da Conquista é um dos dois municípios do Norte/Nordeste e um dos oito do Brasil que foram agraciados com o Selo Município Prioritário do Brasil para Projetos de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP's). Criado pela Radar PPP, maior consultoria de PPPs e concessões do país, o Selo é um mecanismo fundamental para a captação de investimentos privados para serviços públicos.

Com essa qualificação, Vitória da Conquista entra na lista de avaliação e prioridades de empresas privadas interessadas em investir em equipamentos e serviços públicos.

Segundo a prefeita Sheila Lemos, a parceria público privada é uma garantia de uma melhor prestação de serviço público para o cidadão.

'Com as PPPs, podemos promover, por exemplo, a modernização de todo o sistema de iluminação da cidade com lâmpadas de led, que irá resultar em uma cidade mais bonita e mais segura, reduzindo os custos de energia e diminuindo o impacto ambiental e a mínima participação financeira possível por parte da Prefeitura. As PPPs são fundamentais para modernizar uma cidade', declarou a prefeita.

De acordo com dados da Radar **PPP**, apenas 20% dos projetos municipais iniciados desde janeiro de 2017 conseguiram, até 31 de dezembro de 2020, alcançar a fase de contrato iniciado. Hoje são 3.126 iniciativas monitoradas diariamente em diversos segmentos, tais como: iluminação pública, abastecimento de água, **esgotamento sanitário, resíduos sólidos**, saúde, **mobilidade urbana**, entre outros.

Apenas Vitória da Conquista, Recife (PE), Canoas (RS), Caxias do Sul (RS), Pelotas (RS), Divinópolis (MG), Joinville (SC) e Palhoça (SC) estão entre os contemplados com o selo.

The post Conquista é um dos oito municípios a se qualificar para parcerias público privadas appeared first on Diário do Sudoeste da Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SEMA - Secretaria do Meio Ambiente - Resíduos Sólidos | SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Resíduos Sólidos | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Mobilidade Urbana | SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura - Iluminação pública | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - PPP | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Esgotamento sanitário

Veículo: G1	
Data: 12/07/21	

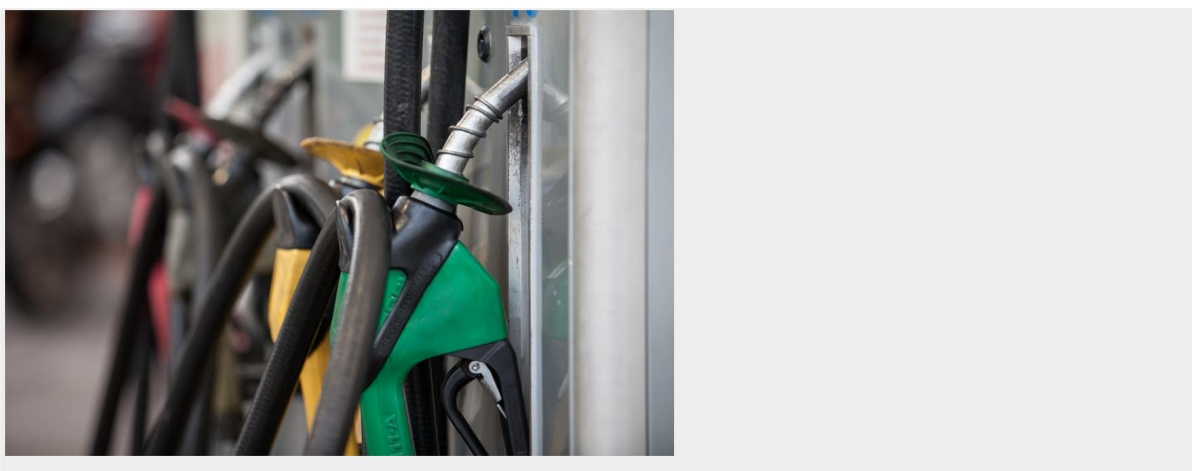


Preços da gasolina e do diesel sobem nos postos, mostra levantamento da ANP

Na semana passada, a Petrobras anunciou a primeira alta no valor dos combustíveis para as refinarias da gestão do general Joaquim Silva e Luna.

Por G1

12/07/2021 19h27 Atualizado em 5 horas



Bombas de gasolina em posto na zona sul de São Paulo — Foto: Marcelo Brandt/G1

O preço médio do litro da gasolina e do diesel subiu nos postos na semana passada, de acordo com o levantamento semanal divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (**ANP**).

Na passagem da semana encerrada em 3 de julho para a encerrada em 10 de julho, os preços variaram da seguinte forma:

- Gasolina comum: de R\$ 5,686 o litro para R\$ 5,743, alta de 1%;
- Gasolina aditivada: de R\$ 5,834 o litro para R\$ 5,883, alta de 0,84%; e
- Diesel: de R\$ 4,497 o litro para R\$ 4,545, alta de 1,06%.

Já o etanol apresentou queda no período analisado. O valor do litro do combustível recuou de R\$ 4,290 para R\$ 4,274, uma queda de 0,37%.

Em 5 de julho, a Petrobras **anunciou um aumento no preço da gasolina e do diesel**. Foi a primeira alta realizada na gestão do general Joaquim Silva e Luna.

- **Como são formados os preços da gasolina e do diesel?**



O que faz os preços da gasolina e diesel subirem?

Os preços médios de venda de gasolina e diesel da Petrobras para as distribuidoras passarão a ser de R\$ 2,69 e R\$ 2,81 por litro, o que significa reajustes médios de R\$ 0,16 (6,3%) e R\$ 0,10 por litro (3,7%), respectivamente.

REFORMA TRIBUTÁRIA

REARRANJO NA PROPOSTA

Governo agora acena com corte pela metade do imposto de empresas

MANOEL VENTURA, GERAL DA DOCA E GABRIEL SHINOHARA
economy@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Na véspera da data prevista para apresentação do relatório da reforma do Imposto de Renda (IR), o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) passou o dia em reuniões com a equipe econômica para acertar os detalhes do texto. Após uma série de críticas de empresas e especialistas, o governo agora avalia junto com o deputado propor um corte de 12,5 pontos percentuais (p.p.) na alíquota cobrada das empresas, atualmente de 25%. Ou seja, na prática um corte pela metade. Desta vez, a ideia é fazer uma redução escalonada em dois anos, mas mais concentrada em 2022. O corte seria de 10 pontos no próximo ano e a fatia restante ficaria para 2023, desde que fossem alcançadas condições previstas pela equipe de Guedes. Até a noite de ontem, ainda eram feitos ajustes no texto.

A proposta mantém a tributação de dividendos em 20%, embora durante as discussões tenha sido aventada a hipótese de redução para 15%. A taxa de dividendos é considerada um dos pontos polêmicos do texto, pois eles são isentos no país desde 1995. A tributação, porém, conta com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

As discussões evidenciam a necessidade de ajustes para facilitar a tramitação do texto. Há duas semanas, a proposta de reforma tributária entregue ao Congresso previa corte de 5 pontos percentuais na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ao longo de dois anos. Para as empresas, contudo, a avaliação é que o saldo geral do projeto representa aumento da carga tributária.

Diante da repercussão negativa, Guedes decidiu que o corte seria feito em um único ano. Posteriormente, com a manutenção das críticas, passou a



Ajustes em série. O relator Celso Sabino (PSDB-PA) e o ministro Paulo Guedes: mudanças buscam corrigir pontos do texto que desagradaram ao setor produtivo

defender a redução de R\$ 40 bilhões em subsídios para garantir um corte de dez pontos percentuais no imposto de todas as companhias.

Agora, Guedes já avalia corte de 12,5 pontos percentuais no IRPJ em dois anos. Há a possibilidade de a redução de tributos ser assumida pelo governo sem compensação financeira integral, ou seja, sem corte equivalente de gasto ou subsídio. Isso é permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já que se trata de corte linear de impostos para todos os setores.

Atualmente, o IRPJ é de 25% (quando a empresa lucra mais de R\$ 20 mil mensais) e também é cobrado percentual de 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Caso a mudança siga adiante, o IRPJ passaria a ser de 12,5%.

R\$ 20

bilhões

Seria, segundo o relator, a redução de carga efetiva líquida no país com a reformulação da proposta

R\$ 50

bilhões

Seria o alívio na tributação de impostos sobre setor produtivo e trabalhadores de menor renda

R\$ 2,47

bilhões

É a estimativa de aumento na arrecadação em 2022, segundo cálculos da Receita Federal

O texto do relator também deve prever o corte de subsídios, mas os programas afetados são mantidos em sigilo para evitar criar resistências. A apresentação do relatório para lideranças partidárias está marcada para hoje, mas pode não ocorrer se o texto não for fechado a tempo.

REDUÇÃO NA CARGA DE R\$ 20 BI

O relator deve retirar a taxa de 15% sobre os rendimentos de fundos de investimentos imobiliários (FIIs), como previa o texto original. Com isso, esses fundos continuariam isentos.

O relatório está retirando uma série de propostas que foram consideradas excessivas no mercado e no Congresso, como a cobrança de imposto sobre dividendos quando o lucro é distribuído entre subsidi-

árias de uma mesma holding. Também deve sair tudo que a Receita incorporou ao texto e que trata de planejamento tributário, mal recebido pelo Congresso e pelo mercado.

O Palácio do Planalto também se incomodou com a repercussão negativa de algumas medidas. Entre elas, está um trecho da reforma que restringe as empresas que podem pagar imposto pelo lucro presumido, forma de tributação simplificada. Seriam atingidas empresas que exploram securitização de crédito, administração de aluguel ou compra e venda de imóveis próprios, além das que exploram direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz.

O presidente da Câmara têm dito a pessoas próximas que 75% da reforma do IR tra-

ta de resoluções da Receita e tudo isso deve sair. O projeto também trata da reorganização societária de empresas, da diferença entre o valor contábil da aquisição e o valor justo, do ganho de capital indireto, do pagamento em ações para empregados e diretores, entre outros tópicos. Tudo isso está na mira da Câmara.

Ao GLOBO, o relator da reforma disse que fará uma redistribuição de tributos entre diversos setores, o que irá aliviar em R\$ 50 bilhões o peso dos impostos sobre o capital produtivo e a renda dos trabalhadores.

— A redistribuição vai desonerar em R\$ 50 bilhões a renda sobre o capital produtivo e os trabalhadores de menor capacidade contributiva — disse o relator.

O valor foi o mesmo mencionado pelo presidente da Câmara nas redes sociais. “A Câmara dos Deputados entregará uma reforma estruturante do Imposto de Renda, que promoverá uma grande geração de emprego e renda nos próximos anos. Faremos justiça fiscal e simplificação do sistema tributário”, disse o presidente da Câmara.

No final, disse o relator, a carga tributária total terá redução de R\$ 20 bilhões.

— Estamos finalizando os cálculos e nosso texto deverá trazer uma redução de carga efetiva líquida sobre a renda de R\$ 20 bilhões — disse.

GANHO NA ARRECAÇÃO

Ontem, mais de duas semanas depois de ter enviado ao Congresso sua proposta de reforma tributária, a Receita Federal apresentou o detalhamento de projeções de impacto das medidas — números que serão alterados com o andamento da proposta no Congresso. O Fisco estima que a proposta, que muda o Imposto de Renda e tributa dividendos, deve trazer um ganho de R\$ 2,47 bilhões na arrecadação de impostos em 2022.

Em 2023, a expectativa é de alta de receita de R\$ 1,6 bilhão. Em 2024, R\$ 2,1 bilhões. Durante a divulgação da reforma, a Receita havia divulgado o impacto de R\$ 1,820 bilhão em três anos. O chefe de Estudos Tributários da Receita, Cláudemir Malaquias, disse que a diferença foi causada por mudança na base de cálculo:

— O que a gente considera é que está dentro das estimativas.

Empresários alinhados ao presidente criticam texto

Avaliação é que o projeto apresentado ao Congresso não simplifica o sistema tributário e dificulta a tarefa de empreender no país

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

A proposta de reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso vem sendo alvo de críticas até mesmo de empresários próximos ao governo e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Para eles, o projeto não simplifica o sistema tributário e atrapalha a vida de quem quer empreender.

—A reforma, como está, repete os erros do passado. Ela encurrala ainda mais aqueles que pagam imposto, com a proposta de tributação de dividendos que já existia lá atrás, e

mais uma vez empurra uma parcela desses contribuintes para a informalidade. É necessário alargar a base de arrecadação, trazendo quem está na informalidade ou na sonegação —disse o empresário Flavio Rocha, dono da Riachuelo.

Rocha disse que se reuniu ontem com o relator da proposta, deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA), durante evento no Instituto Para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), em São Paulo. Sabino tranquilizou empresários ao afirmar que o texto vai mudar. Para Rocha, a redação atual é um “arrocho fiscal”:

—(Sabino) Foi muito receptivo e, embora não tenha adiantado as mudanças, garantiu que o texto sofrerá alterações, com promessa de redução de carga. O texto como está atualmente é um arrocho fiscal, reduzindo a competitividade das empresas e sobrecarregando a taxaço da renda.

Ex-integrantes do governo engrossam o descontentamento. O ex-secretário especial de Desestatização e Privatização Salim Mattar, um dos sócios da locadora de veículos Localiza, publicou em uma rede social críticas à proposta:

“O Brasil tem um verdadeiro

emaranhado tributário com mais de 400 mil normas criadas desde a Constituição de 88. Infelizmente a #reforma-tributária apresentada pelo governo não apresenta soluções para a simplificação deste sistema que atrapalha a vida de

quem quer empreender”.

Também pelas redes sociais, o empresário bolsonarista Luciano Hang, dono das lojas Havan, afirmou: “Reforma Tributária: se for para piorar, deixa como está”. O comentário foi publicado em 4 de julho, dias após o governo enviar o texto ao Congresso. Ele não especificou os pontos de discordância: “Nossa legislação tributária é um verdadeiro caos, uma das mais complexas e ineficientes do mundo. Infelizmente pagamos muitos impostos para pouco retorno.

Assim não dá,” escreveu Hang.



Arrocho fiscal. Flavio Rocha critica projeto

CHARLES SHOLL/RAW IMAGE

Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e um dos interlocutores do ministro Paulo Guedes e do presidente Jair Bolsonaro junto a empresários paulistas, fez avaliação negativa do projeto semana passada. Para Skaf, a cobrança de IR de 20% sobre dividendos e o fim do pagamento de juros sobre capital próprio vai onerar atividades produtivas.

“Há grande risco de que as mudanças resultem em aumento de carga tributária, o que é inaceitável”, escreveu Skaf em nota.

Na semana passada, 120 entidades empresariais enviaram uma carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com críticas ao projeto e o pedido para que ele não seja analisado de forma açodada.

Sob pressão dos EUA, UE suspende projeto de imposto digital

Bloco vai se concentrar nas discussões sobre um tributo mínimo global, no âmbito de OCDE e G-20

BRUXELAS

Pressionada por Washington, a União Europeia (UE) anunciou ontem o congelamento de seu projeto de imposto digital. O anúncio ocorre em meio a negociações sobre uma ampla reforma tributária que prevê acordo sobre um imposto mínimo global para as multinacionais.

As discussões sobre essa taxa mínima, que se dão no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do G-20, devem prosseguir até outubro.

O comissário de Economia da UE, Paolo Gentiloni, disse que já comunicou à secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, a decisão de “colocar em pausa nosso trabalho sobre uma proposta de imposto digital”. Segundo ele, o adiamento permitirá que o bloco se concentre em um trabalho conjunto “para alcançar esse acordo histórico”, referindo-se ao imposto mínimo global.

Yellen havia pedido que a UE reconsiderasse o assunto, durante a reunião dos ministros de Finanças do G-20, no fim de semana.

O imposto digital da UE era

considerado uma das fontes de financiamento do pacote de estímulo de € 750 bilhões do bloco. A Comissão Europeia sempre salientou que seu projeto para taxar as empresas digitais cumpriria os acordos da OCDE e afetaria milhares de empresas, incluindo as europeias.

A proposta, no entanto, atraiu críticas do governo americano. Washington considerou que o projeto discriminava as gigantes americanas de tecnologia como Amazon, Google e Facebook.

‘DUAS COISAS DIFERENTES’

Apesar da posição de Gentiloni, a comissária de Concorrência e encarregada de tecnologia da UE, Margrethe Vestager, afirmou que o bloco deve retomar o projeto de um imposto digital em outubro, quando ficar claro o resultado do acordo global. Ela assegurou que esse imposto é diferente de um tributo corporativo e incidiria sobre a receita, não sobre o lucro.

—Vamos continuar trabalhando nisso—afirmou Margrethe em um evento on-line organizado pelo jornal americano The Washington Post. —É importante ressaltar que são duas coisas diferentes.

Entidades querem barrar financiamento à Ferrogrão

Grupo diz que obra pode causar desmatamento equivalente à cidade de São Paulo

HENRIQUE GOMES BATISTA
henrique.batista@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Um grupo com cerca de 40 entidades da sociedade civil e de pesquisa enviará uma carta aberta a bancos e instituições financeiras para tentar evitar que seja concedido financiamento à Ferrogrão, ferrovia que ligaria Sinop, coração da região produtora de soja no Mato Grosso, ao porto fluvial de Miritituba, no Pará.

Segundo o documento, a estrada de ferro de 933 quilôme-

tros pode gerar desmatamento equivalente ao tamanho da cidade de São Paulo e afetar comunidades indígenas. O grupo aponta alternativas de escoamento da safra com impactos ambientais menores.

“O traçado proposto pelo projeto cruza uma área sensível da Amazônia brasileira, marcada por conflitos fundiários — e que está sob escrutínio internacional. Estudos independentes demonstram que, uma vez construída, a Ferrogrão seria vetor de des-

matamento para a floresta”, afirmam as entidades no documento ao qual o GLOBO teve acesso com exclusividade.

As entidades alertam que o projeto estimula a grilagem e conflitos fundiários, aumenta pressão para diminuir unidades de conservação, viola direitos de povos indígenas, contraria os compromissos de zero desmatamento das empresas agropecuárias e tem custos subestimados. O grupo também diz que o governo não avaliou rotas alternativas.



Alternativa. Ferrovia Norte-Sul: ligação à estrada permitiria escoamento de safra

Segundo a entidade, de acordo com estimativas do economista Cláudio Frischtak, tais custos seriam de R\$28,98 bilhões, mas foram orçados em R\$8,42 bilhões.

A carta está sendo enviada para instituições como Banco

Mundial, Banco Central, BNDES, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Santander. Assinam o documento GT Infraestrutura, que coordena sua divulgação, Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), Observa-

tório do Clima, Movimento Tapajós Vivo, Movimento dos Atingidos por Barragens,

Sérgio Guimarães, secretário-executivo do GT Infraestrutura, afirma que o governo deveria incentivar a expansão da Ferronorte, que pode ligar Lucas do Rio Verde (MT) à malha ferroviária de São Paulo e aos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

Há também a Ferrovia de Integração Centro-Oeste que tem projeto de ligar Vilhena (RO) à Ferrovia Norte-Sul, permitindo o escoamento de grãos pelo porto de Itaqui (Maranhão) e por portos da Bahia com o projeto da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL).

— Ambos os projetos substituem muito bem a Ferrogrão e ajudam a esvaziar o tráfego pela BR-163 — disse Guimarães.

Volks estudará uso de etanol em carro elétrico ou híbrido

Montadora anunciou que vai criar no país um centro de pesquisa e desenvolvimento de motores movidos a biocombustíveis

RAPHAELA RIBAS
raphaela.ribas@infoglobo.com.br

A Volkswagen anunciou ontem que vai criar no Brasil um centro de pesquisa e desenvolvimento de motores que usem etanol e outros biocombustíveis em veículos elétricos e híbridos.

O centro será voltado para mercados emergentes e atenderá toda a América Latina, sendo independente de outras

unidades do grupo alemão. A iniciativa é uma forma de contornar outro problema do setor: o atraso do Brasil na corrida pelos carros elétricos.

A Volkswagen foi a primeira fabricante de automóveis a aderir ao Acordo de Paris e pretende se tornar neutra em termos climáticos até 2050. Na Europa, a produção de veículos por combustão deve encerrar entre 2033 e 2035. Depois, China e Estados Unidos

devem dar adeus ao modelo.

No Brasil e em países emergentes, porém, isso só deve ocorrer muito depois, o que justifica instalar um centro de estudos com base no etanol como fonte de recarga das baterias de carros elétricos.

Entre os problemas locais, a multinacional destaca a indisponibilidade de infraestrutura de carregamento, energia renovável e o nível de renda.

“É por isso que é necessário

explorar opções alternativas aproveitando os recursos locais que já estão disponíveis hoje. O uso de biocombustíveis é uma estratégia complementar para ajudar a indústria em mercados emergentes a neutralizar as emissões de carbono”, diz a empresa.

Segundo a Volks, um estudo da World Wildlife Fund (WWF) afirma que, no Brasil, apenas 1,2% do território é usado para cultivo de cana-

de-açúcar, com 0,8% para produção de etanol.

Da produção de cana-de-açúcar, quase 92% são colhidos no Centro-Sul. O restante é cultivado no Nordeste.

“É um reconhecimento enorme para a operação na América Latina”, disse Pablo Di Si, presidente e CEO da Volkswagen América Latina, sobre os planos no Brasil.

Em razão da falta de semicondutores e módulos de airbag, a Volks vai suspender suas atividades e dar férias coletivas a 2,2 mil funcionários. É a terceira vez no ano que a empresa recorre a este mecanismo por falta de peças, um problema que tem afetado todo o setor.

Não existe planeta B.
Cuide do planeta A.



ambipar.com

Com 'empurrão' da inflação, Estados se aproximam de 2022 com cofres cheios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Estado

Com o empurrão da inflação mais alta, os governadores estão com os cofres bem mais cheios na antessala da campanha eleitoral de 2022. De janeiro a maio deste ano, o patamar de **arrecadação** já superou em R\$ 45,1 bilhões o resultado obtido no mesmo período de 2019, antes da pandemia de covid-19.

Como há restrições legais ao aumento de despesas obrigatórias até o fim de 2021, a tendência é de que os Estados usem o caixa mais cheio no ano que vem, quando governadores querem mostrar serviço em ano de eleições após os tempos difíceis da pandemia. Um dos riscos apontados por especialistas é que os governadores usem essa sobra para aumentar despesas permanentes em 2023.

Até maio, a **arrecadação** do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual e principal fonte de receita dos governadores, alcançou R\$ 250 bilhões, com alta real (acima da inflação medida pelo IPCA, índice oficial) de 11%. Sobre 2020, quando a pandemia derrubou a **arrecadação**, as receitas deste ano subiram R\$ 50,6 bilhões, aumento de 16% (veja ao lado o aumento de cada Estado).

Os dados da **arrecadação** do ICMS de janeiro a maio foram reunidos, a pedido do Estadão, pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas.

Puxado pelo boom internacional de alta das commodities (produtos básicos), Mato Grosso, que é produtor de alimentos, está no topo da lista dos Estados com maior crescimento da **arrecadação** do ICMS, 41,2% nos primeiros cinco meses do ano. O Estado de São Paulo, a maior economia do País, arrecadou 8,7% (R\$ 12 bilhões) a mais em comparação a 2019, chegando a R\$ 72 bilhões.

A recuperação da **arrecadação** dos Estados acompanha também a **arrecadação** do governo federal, que já cresceu R\$ 96 bilhões em relação a 2019 e R\$ 156 bilhões sobre o resultado do ano passado nos primeiros cinco meses do ano.

"Olhando para o aspecto político, a tendência é os governadores fazerem caixa para gastar em 2022, que é ano de eleição", prevê o presidente da Febrafite,

Rodrigo Spada. Segundo ele, 2022 é um ano em que os governadores querem ter um caixa mais elevado e vão procurar entregar obras no primeiro semestre.

Spada diz que os Estados vão procurar guardar o caixa porque a Lei Complementar 173 (que estabeleceu as regras para o socorro federal às unidades da federação) proíbe o aumento de despesas obrigatórias até o fim deste ano e ainda congelou os reajustes salariais dos servidores públicos da União, dos Estados e dos municípios.

Reajustes de salário

Como mostrou reportagem recente do Estadão, muitos Estados e municípios já contrataram reajustes para o ano que vem. Além das cidades de São Paulo e Manaus, pelo menos sete Estados deram reajustes ou abriram caminho para aumentos ao funcionalismo neste ano, apesar da restrição legal, segundo levantamento feito pelo jornal.

Spada alerta, porém, que não há certeza de que os Estados estejam saindo da crise porque essa recuperação da **arrecadação** é decorrente do aumento da inflação, sobretudo do IGP-M, que é usado para corrigir os preços dos aluguéis. Ele ressalta que, apesar do incremento das receitas, o número de notas fiscais emitidas não aumentou em 2021, na comparação com o ano passado.

"Isso significa que não teve muito mais negócios. Foram os preços desses negócios que aumentaram significativamente." Ele explica que, com os preços mais altos, os Estados arrecadam mais porque o ICMS é

cobrado sobre um percentual do valor de venda dos produtos.

O presidente da Febrafite pondera que é uma **arrecadação** que decorre da inflação, o pior "imposto" que existe para a população de baixa renda. Ele lembra que com a inflação mais salgada as despesas dos Estados também crescem. O ICMS é um dos principais termômetros da atividade econômica porque a empresa vende num mês o produto e já no começo do mês seguinte tem de fazer essa apuração e recolher o imposto.

Ganho temporário

Especialista em contas dos Estados e consultora da Febrafite, a economista Vilma Pinto avalia que essa melhoria na **arrecadação** é temporária e não estrutural, por causa do ciclo de commodities (produtos básicos, como alimentos, petróleo e minério de ferro) e efeito inflacionário relevante. "Será arriscado e temerário fazer aumento de gastos obrigatórios", diz ela, em razão de duas novas legislações, que exigem mais contrapartidas de ajuste nas contas dos governadores. Vilma assume nos próximos dias uma vaga na direção da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Já Ana Paula Vescovi, ex-secretária do Tesouro, alertou que a percepção positiva do ciclo temporário de alta dos preços de commodities pode ensejar uma visão de mais sobra para gastos do que realmente o País tem. "O risco é o caixa mais cheio do governo federal, Estados e municípios se transformar em despesas permanentes logo adiante", disse Vescovi, que é economista-chefe do Santander e também especialista em contas estaduais.

Investimentos em SP

O secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, afirma que o Estado vai aproveitar o aumento da **arrecadação** para aumentar os investimentos este ano e em 2022. Ex-ministro da Fazenda no governo Michel Temer, Meirelles ressalta que há um quadro de subinvestimento no Brasil que precisa ser revertido.

As grandes obras, como as rodovias Panorama e Litorânea, ele diz que podem ser feitas por meio de concessões. Por isso, o foco dos investimentos será na área de saúde, segurança e educação. "Esse aumento de **arrecadação** é muito necessário exatamente para que se possa fazer esse investimento", diz Meirelles, que prevê um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) paulista de 7,8% em 2021.

Ele diz que não há discussão de aumento dos salários dos servidores para 2022. "Não tem nem discussão sobre isso. Não há essa demanda. Não acredito", afirma. Meirelles diz que o risco eleitoral sobre as finanças dos Estados vai depender da atitude de cada governador. E destaca que a **arrecadação** do Estado reflete também a nova economia, como o e-commerce que cresceu muito na pandemia.

Segundo o secretário da Fazenda de Alagoas, George Santoro, o aumento da receita tributária reflete a alta de preço de combustíveis, energia, construção civil e alimentos no primeiro semestre. "Acredito que a despesa dos Estados será pressionada no segundo semestre e no próximo ano", afirma.

O secretário admite que será difícil pelo menos não repor a inflação para os servidores em ano eleitoral, como ocorreu em 2021. Santoro considera, porém, um grande risco fiscal usar esse aumento da **arrecadação** com gastos permanentes, como benefícios para o funcionalismo. Em 2021, ele prevê mais que dobrar os investimentos para chegar a R\$ 2,3 bilhões, ante R\$ 1 bilhão em 2020. "O caixa está altíssimo", diz. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Reforma do IR deve aumentar arrecadação em R\$ 6,15 bi entre 2022 e 2024



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Estado

O projeto de lei que altera a tributação sobre a renda de empresas e pessoas físicas, enviado pelo governo ao Congresso Nacional, representará um aumento de **arrecadação** de R\$ 6,15 bilhões entre 2022 e 2024, segundo informou a Receita Federal nesta segunda-feira, 12.

Depois de críticas por não ter apresentado os cálculos que embasaram as mudanças, a Receita divulgou hoje uma nota explicativa sobre a reforma, em que detalha o impacto das alterações na tributação. Inicialmente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que a reforma teria efeito nulo, ou seja, nem aumentaria nem reduziria a **arrecadação**.

De acordo com a nota, o impacto total da reforma será

de aumento de R\$ 2,47 bilhões no pagamento de impostos em 2022, R\$ 1,60 bilhão em 2023 e R\$ 2,08 bilhões em 2024. O crescimento na **arrecadação** se dá, principalmente, pela taxação de dividendos e o fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Em 2022, o impacto das novas regras é positivo em R\$ 19,42 bilhões para os cofres públicos, em 2023 em R\$ 57,68 bilhões e, em 2024, R\$ 61,04 bilhões.

Também aumentam a **arrecadação** as mudanças em regras de pagamento do Imposto de Renda para aplicações financeiras, com alta esperada de R\$ 14,19 bilhões em 2022, R\$ 80 milhões em 2023 e \$ 50 milhões em 2024.

Já a atualização de bens imóveis representa um acréscimo de R\$ 880 milhões no próximo ano e uma redução no recolhimento de tributos de R\$ 2,45 bilhões em 2023 e de R\$ 2,03 bilhões em 2024.

As maiores reduções na **arrecadação** se darão com o corte de alíquotas do IRPJ e CSSL: queda esperada de R\$ 18,52 bilhões em 2022, R\$ 39,25 bilhões em 2023 e R\$ 41,53 bilhões em 2024. A Receita estima ainda que a revisão do IR para pessoas físicas contribuirá para uma redução de R\$ 13,50 bilhões nos impostos pagos em 2022, R\$ 14,46 bilhões em 2026 e R\$ 15,44 bilhões em 2024.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofoh.com.br

Retrovisor

O mercado de locação de veículos estuda revisar para baixo o investimento previsto na compra de carros novos neste ano. Pelos cálculos da Abla (Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis), a estimativa inicial de 450 mil veículos para 2021, deve descer para 380 mil unidades. A um custo médio de R\$ 60 mil, o investimento deve ficar em torno de R\$ 22,8 bilhões. A queda é significativa se comparada ao potencial de 800 mil que teria sem pandemia.

ASfalto A revisão acontece após as novas projeções de produção mais baixas da Anfavea (associação da indústria), divulgadas na semana passada, por causa da falta de peças na linha de montagem.

Estacionamento "Seguimos esse patamar em cima do que conversamos com as montadoras sobre o problema da indústria automotiva, que não tem carro para entregar, especialmente pela escassez de semicondutores", diz Paulo Miguel Junior, presidente do conselho nacional da Abla.

Freio Em abril, as locadoras já haviam reduzido a expectativa de investimento para 400 mil emplacamentos em 2021. A falta de semicondutores, que atingiu a indústria automotiva no mundo, ainda provoca receio de piora no segundo semestre devido à concorrência de outros setores, como os eletrônicos, cuja demanda costuma subir no fim do ano.

Mala O reajuste anual do teto das tarifas de embarque de Guarulhos e Viracopos foi divulgado pela Anac nesta segunda (12) com um alívio no bolso para a viagem ao exterior porque não tem mais o adicional da TEI (Tarifa de Embarque Internacional), de US\$ 18, que foi extinto em janeiro deste ano em um pacote de medidas para mitigar os efeitos da pandemia no setor.

ASA Em Guarulhos, a tarifa máxima de embarque internacional subiu 9,5% para R\$ 62,86, e em Viracopos, 8,7% para R\$ 59,55. A subtração dos US\$ 18 ajuda a compensar a inflação, já que em 2020 o reajuste ficava em torno de 1%. A Anac avisa que os viajantes que voaram neste ano ou ainda vão voar com passagens compradas em anos anteriores podem pedir à companhia aérea o reembolso da agora extinta TEI.

Prato O consumo em restaurantes mostrou sinais de recuperação em maio depois das restrições de funcionamento em março e abril, segundo índice da Fipec com a Alelo. Embora a quantidade de transações nos estabelecimentos tenha caído 46% ante o mesmo mês de 2019, a retração foi menor do que em abril (51%).

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

Table with 2 columns: Indicator Name and Value. Includes rows for Juros, Contribuição à Previdência Competência junho, Autônomo, empregador e facultativo, MEI (Microempreendedor), Assalariado, and Aliquota.

Passado No embate do Procon-SP contra as operadoras de planos de saúde por causa dos preços, a Abramge (associação que reúne as empresas) diz que o órgão está tentando levantar uma questão antiga e superada.

Consultório Fernando Capez, diretor do Procon-SP, disse que o órgão tem estudado casos de pessoas físicas que teriam sido induzidas a criar uma empresa apenas para aderir a um plano coletivo, que não se submeteu ao teto de reajuste regulado pela ANS.

Boleto A superintendente jurídica da Bramge, rebate. Afirma que esta é uma questão antiga, que não acontece desde 2018, quando a ANS estabeleceu regras para contratação e manutenção de planos de empresários individuais.

Brilhante A mineradora britânica Petra Diamonds anunciou nesta segunda (12) que vendeu um diamante azul de 39,3 quilates por cerca de R\$ 210 milhões. A companhia diz que foi a pedra mais cara já vendida por ela. O diamante foi comprado pelas empresas De Beers e Diacore, e foi retirado de uma mina na África do Sul. De lá saiu também o maior diamante já conhecido, o Cullinan, de 3.100 quilates.

Luz O movimento de empresários pela volta do horário de verão, que atraiu o apoio de restaurantes, negócios de turismo e até do empresário bolsonarista Luciano Hang, ainda está sendo analisado nos setores agrícola e pecuário.

Semente Segundo Eduardo Daher, diretor executivo da Abag (associação do agronegócio), a iniciativa é vista com bons olhos em tempos de crise hídrica e energética, mas ainda não houve adesão formal à proposta.

Grão A ABPA (associação de proteína animal) pondera que a medida faria pouca diferença na rotina dos produtores porque as atividades dependem da necessidade dos animais. Porém, a entidade estima que o funcionamento estendido de bares e restaurantes pode elevar o consumo de alimentos.

Table with 4 columns: Em R\$, Aliquota, Deduzir em R\$, and Valor, em R\$. Includes rows for Imposto de Renda and Empregados Domésticos.

Receita rebate crítica e diz que reforma do IR teve aval da Economia e da Presidência

Avaliação de membros da Economia é que texto foi capturado pelo fisco, visa a aumentar a tributação e é injusto com as empresas

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal rebateu críticas do empresariado e até de parte da equipe econômica de que o órgão capturou as discussões sobre a reforma tributária e adicionou um conjunto de "maldares" na proposta de alteração do imposto de renda.

O fisco diz que a proposta passou por avaliação e aprovação de Ministério da Economia, Casa Civil e Presidência. Agora, diante dos ataques da iniciativa privada, governo e Congresso preparam uma nova versão do texto.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, diz que a reforma não poderia ter sido resultado das discussões de apenas um órgão.

"Por ter todos os dados, ficou fácil atribuir à Receita todas as características da reforma. Mas elas foram apontadas e apresentadas às demais áreas do ministério. A reforma é uma proposta do Ministério da Economia, não da Receita", afirmou à Folha.

"E, para se transformar em um projeto de lei, [passou] pelo crivo da Presidência. Então os técnicos da Casa Civil também avaliaram a proposta e falaram: 'Presidente, vamos encaminhar essa proposta.' Conforme mostrou a Folha,

membros da Economia dizem que a reforma teria sido capturada pela Receita, que não teria dado margem para participação e sugestões de outras áreas. A avaliação desse grupo é que a reforma aumenta a tributação, é injusta com as empresas e amplia a burocracia do sistema.

Malaquias afirma que o projeto passou pelas demais áreas do ministério para receber avaliações econômicas, fiscais, orçamentárias e também sobre o impacto no fluxo de caixa do Tesouro.

Segundo ele, a Receita participa sobretudo das duas fases iniciais do processo legislativo, sendo elas a elaboração de um esboço do texto legal e o cálculo dos impactos na arrecadação. "A autoridade que está fora da Receita é que vai decidir o que vai ser feito ou não", afirmou.

"Então, essa análise é complementar. Depois que isso é fechado na Economia, isso vai passar pela autoridade que vai encaminhar o projeto. Quem encaminha o projeto não é a Receita, é o Executivo", afirmou. "Só que o Executivo trabalha por meio de gabinetes. Então o ministro, concordando com todas as suas áreas, vai apresentar para o presidente. E os técnicos da Casa Civil avaliaram, e vão continuar avaliando, todo

o processo da reforma", disse. Um grupo de 120 entidades empresariais enviou carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com uma lista de críticas à reforma. As associações defendem que o tema seja debatido com tempo e pedem a criação de uma comissão especial para analisar o projeto.

Entre os signatários estão a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção) e a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas).

A proposta foi criticada também por entidades como a CNI (Confederação Nacional da Indústria), para a qual o texto eleva a carga tributária das empresas de 34% para 43% —considerando o combo apreensão de tributação de 2% dos dividendos, fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio e redução de alíquota de IRPJ (Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas).

A alíquota de IRPJ é hoje de 15%, com 10% adicionais sobre os ganhos que passaram de R\$ 20 mil por mês. Além disso, as empresas pagam 9% de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) —que resulta em uma alíquota de 34%.

Malaquias defende a proposta dizendo que ela traz um tratamento isonômico para os contribuintes e, sem citar nomes, afirma que está sendo afetado quem se beneficiava das falhas das regras. "Qual a crítica que veio nesse sentido? Que a Receita teria feito maldades no projeto. Não são maldades. Dentro da política tributária, você tem correções a serem feitas."

"Todos ali tratamentos não isonômicos, não equitativos. Foi feito um conjunto de medidas que aperfeiçoam o sistema tributário nesse sentido. De trazer mais equidade e mais tratamento isonômico."

Malaquias afirma que o objetivo da Receita não é introduzir maldades, mas dar mais eficiência para que a tributação seja mais neutra.

Por ter todos os dados, ficou fácil atribuir à Receita todas as características da reforma. Mas elas foram apontadas e apresentadas às demais áreas do ministério. A reforma é uma proposta do Ministério da Economia, não da Receita

Claudemir Malaquias chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita

Contribuinte tentará driblar mudanças, e ganho com dividendo será menor, prevê fisco

Douglas Gavras

SÃO PAULO Em pouco mais de duas semanas, o governo reduziu suas estimativas para a arrecadação com lucros e dividendos na proposta de reforma tributária, cuja segunda etapa prevê mudanças no imposto de renda, e agora considera que o contribuinte tentará driblar a nova regra.

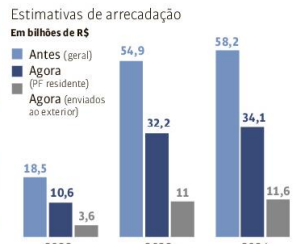
A previsão de arrecadação com distribuição de lucros e dividendos teve uma queda considerável em comparação com a que estava prevista na entrega do projeto. Pelo texto divulgado nesta segunda (12), a Receita conta com uma alteração no comportamento do contribuinte e a menor distribuição de lucros e dividendos.

A cobrança de imposto sobre lucros e dividendos é uma das principais fontes de embate entre a pasta do ministro Paulo Guedes, empresários e representantes do mercado financeiro. Pela proposta do governo, haverá redução do IR de empresas em 2,5 pontos percentuais por dois anos e será colocada a taxa de 20% em lucros e dividendos.

A regra prevê isenção de IR sobre lucros e dividendos até o limite de R\$ 20 mil por mês, o que beneficiaria empresas de menor porte. Há cerca de duas semanas, quando o texto da reforma foi entregue, ele fazia estimativas de arrecadação de R\$ 18,5 bilhões no ano que vem, R\$ 54,9 bilhões em 2023 e R\$ 58,2 bilhões em 2024.

No novo texto, a Receita agora prevê uma arrecadação de dividendos para pessoas físicas residentes no país de R\$ 10,6 bilhões no ano que vem, de R\$ 32,2 bilhões

Impacto de distribuição de lucros e dividendos



Fonte: Receita Federal, Ministério da Economia

em 2023 e de R\$ 34,1 bilhões em 2024 e, respectivamente, de R\$ 3,6 bilhões, R\$ 11 bilhões e R\$ 11,6 bilhões (para dividendos enviados ao exterior). As previsões anteriores para 2022, 2023, e 2024 somavam R\$ 131,6 bilhões —30,9%, a soma é de R\$ 103,1 bilhões (-21,7%). "Foi adotado como premissa que a tributação dos dividendos provocará alteração no comportamento dos contribuintes, no sentido de reduzir o volume atualmente distribuído", diz o documento da Receita.

De acordo com o texto, não é possível estimar a magnitude da alteração na cobrança de dividendos no comportamento do contribuinte. Ainda assim, eles reconhecem que é preciso considerar que os contribuintes devem legalmente e racionalmente evitar a tributação.

Nesse sentido, o governo agora tenta refletir uma mudança de comportamento do contribuinte em suas novas

estimativas e estima que as empresas pequenas irão reduzir muito a distribuição de dividendos, enquanto as grandes terão uma redução menor.

"É de esperar que, no limite, todo contribuinte que tiver disponibilidade financeira e/ou capacidade de se financiar com terceiros irá efetuar a distribuição de lucros acumulados passível de ser distribuído como dividendo ainda em 2021", diz também o texto.

"Estão considerando que os contribuintes, cientes da nova regra, se antecipam à distribuição de lucros acumulados passível de ser distribuído em 2022, para evitar tributar dividendos acumulados em 2022, e mudarão suas regras de remuneração dos acionistas no futuro", diz o tributarista Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich Vasconcelos.

Parte dos economistas defende a necessidade de taxação de dividendos, ao lembrar que o Brasil é um dos poucos países que ainda não cobra.

Guedes também argumenta que a tributação de dividendos é uma forma de reduzir os impostos pagos pelas empresas e por assalariados. "Não tem problema nenhum ser rico, não pode ter vergonha de ser rico. Tem de ter vergonha de não pagar imposto", disse o ministro na semana passada, ao defender que o imposto deve ser baixo para quem reinvestir na empresa.

"Isso eleva a carga sem contrapartida, torna o sistema tributário ainda mais complexo e desestimula os empresários a alocar recursos nas empresas", rebate Gilberto Luiz do Amaral, do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação).

É de esperar que, no limite, todo contribuinte que tiver disponibilidade financeira e/ou capacidade de se financiar com terceiros irá efetuar a distribuição de lucros acumulados passível de ser distribuído como dividendo ainda em 2021
Receita Federal



Relatório do Imposto de Renda deve manter tributação sobre acionista e aliviar para empresas

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

13 de julho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O relatório da reforma do **Imposto de Renda** deve manter a taxaço sobre a distribuição de lucros e dividendos a acionistas, mas dar um alívio ainda maior às empresas, de acordo com negociações entre o relator do texto, deputado **Celso Sabino (PSDB-PA)**, e a área econômica do governo. O parecer deve ser apresentado hoje aos líderes partidários. Ao **Estadão**, o **chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias**, disse que a retomada da tributação de lucros e dividendos é um “caminho sem volta”. Extinta em 1996, a taxaço está no centro da polêmica que envolve a proposta apresentada pelo governo ao **Congresso**.

Mais de duas semanas depois da apresentação do projeto, só ontem a Receita abriu os números sobre o impacto da proposta na arrecadação e apontou uma revisão das estimativas, após a pressão do setor privado e de parlamentares para o governo apresentar os detalhes das projeções. Responsável pelas estimativas, Malaquias negou que a Receita tenha deixado uma “gordura” nos números de olho no aumento da arrecadação em 2022. Ele defendeu prudência nas projeções para não trazer risco para as contas públicas e estimou entre 3% e 5% a margem de erro dos cálculos do governo. “Não pode haver malabarismo.” Na defesa do projeto, ele disse que é preciso eliminar a quantidade de contribuintes que estão “à margem da tributação”.

Os críticos apontam, porém, distorções com a volta da taxaço de dividendos e o risco de aumento da carga tributária. O relator do texto prometeu que, com as mudanças em relaço à versáo original do governo, haverá uma reduço da carga em R\$ 20 bilhões para enfrentar as resistências das lideranças empresariais – que na semana passada fizeram forte mobilizaço para breçar a tramitaço.

Plenário da Câmara dos Deputados, que deve discutir as alteraçoes na tributaço: governo tenta um acordo. Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

As críticas e a mobilizaço dos empresários, muitos deles apoiadores de primeira hora do governo, deixaram o presidente **Jair Bolsonaro** desconfortável com o projeto num momento de tensáo política com os avanços da **CPI da Covid** e uma queda da sua populaço. Bolsonaro cobrou ajustes para atender pontos específicos, entre eles, manter a isenço dos **Fundos de Investimento Imobiliário (FII)**. O projeto original prevê o fim da isenço, o que gerou reaço do setor imobiliário. O relator deve voltar com o benefício para o setor.

O presidente da **Câmara, Arthur Lira (PP-AL)**, também pediu mudanças para seguir com a tramitaço na Casa. O projeto prevê a correço da tabela do IR das pessoas físicas e, para compensar a perda de arrecadaço com essa medida em ano de eleiço, estabelece a tributaço de lucros de dividendos.

Cortes

Está na mesa de negociaço a possibilidade de reduço da tributaço do IR das empresas em 12,5 pontos porcentuais. Essa proposta foi apresentada nas reuniões do fim de semana entre o relator e integrantes da equipe econômica. Pela proposta entregue ao Congresso, o IR das empresas cairia inicialmente cinco pontos porcentuais em dois anos. Depois da enxurrada de críticas ao texto, o próprio ministro da **Economia, Paulo Guedes**, já deu em público três números diferentes de reduço: 7,5 pontos porcentuais, 10 pontos e 15 pontos. Hoje, o lucro das empresas é taxado em 25% do IRPJ e em 9% por meio da **Contribuiço Social sobre o Lucro das Empresas (CSLL)**.

Para reduzir a taxaço das empresas, governo e relator vão propor cortes em renúncias fiscais concedidas a setores específicos, um tema politicamente delicado e que vai exigir negociaço no Congresso. Guedes e o relator apostam que os deputados vão entender a necessidade de cortar os incentivos de poucos setores para beneficiar muitas empresas.

A área técnica da **Receita** está fazendo os cálculos. Sabino e os técnicos do governo e da Câmara se reuniram no domingo e ontem para fechar o novo desenho do projeto. O relator quer manter a estratégia de apresentar para discussão as mudanças no projeto em reunião, hoje, com líderes dos partidos, mas a votação só deve acontecer depois do fim do recesso parlamentar, em agosto.

Sabino quer manter no relatório a taxaçoão sobre a distribuição de lucros e dividendos, mas garantir uma distribuição desses recursos para Estados e municípios. Como a arrecadação do IR é compartilhada com os governos regionais, o projeto tem deixado em alerta governadores e prefeitos.

Segundo Lira, a Câmara entregará uma reforma estruturante, que promoverá uma grande geração de emprego e renda nos próximos anos. “Faremos justiça fiscal e simplificação do sistema tributário”, escreveu o presidente da Câmara no **Twitter**. O projeto também ficará mais enxuto com a retirada de medidas que apertam as operações de planejamento tributário consideradas abusivas – mecanismos usados pelas empresas para pagar menos impostos.

Quem ganha e quem perde com as mudanças no Imposto de Renda

- **Empresas:**

O IR cobrado das empresas deve ter redução maior. No projeto enviado ao Congresso, o governo propôs queda de 5 pontos porcentuais em dois anos. Agora, fala-se em queda de 12,5 pontos. Hoje, o lucro das empresas é taxado em 25% do **IRPJ** e 9% da **Contribuição Social sobre o Lucro das Empresas**.

- **Corte em subsídios:**

Para compensar a redução maior no IR sobre as empresas, o relator e o governo devem propor cortes em isenções, renúncias e benefícios dados a setores específicos. A disputa nos últimos momentos era de segmentos querendo se livrar da tesourada

- **Lucros e dividendos:**

Deve ser mantida a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos. Essa operação é isenta no Brasil desde janeiro de 1996. A alíquota proposta pelo governo foi de 20%, mas o relator pode reduzir.

- **Fundos imobiliários:**

O relator deve retirar a taxaço de 15% sobre os rendimentos de fundos de investimento imobiliários, como previa o texto original. Esses fundos devem continuar isentos de impostos.

- **Faixa de isenço:**

O parecer deve manter o aumento da faixa de isenço de R\$ 1.903,98 para R\$ 2,5 mil. Com isso, mais de 5,6 milhões passarão a ser considerados isentos.

- **Declara o simplificada:**

O relator deve mudar regra proposta pela equipe econômica de impor limite de uso do desconto simplificado na declara o do IR. Pela proposta, quem tem renda acima de R\$ 40 mil por ano não poderá mais optar pelo desconto simplificado na declara o anual do IR – que estará limitado a R\$ 8 mil.

4 em cada 10 pobres são adolescentes e crianças

Acabar com pobreza infantil exige R\$ 50 bi anualmente, diz estudo do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS)

Por Lucianne Carneiro — Do Rio

13/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

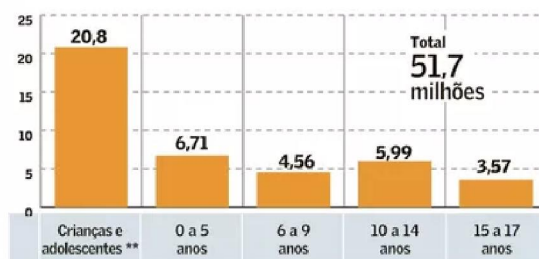
Os números da pobreza infantil

Crianças e adolescentes são os mais impactados

Distribuição da pobreza por faixa etária - %



Número de pobres - em milhões

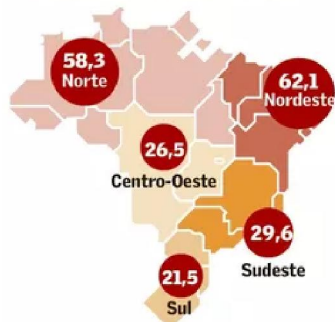


Parcela de pobres

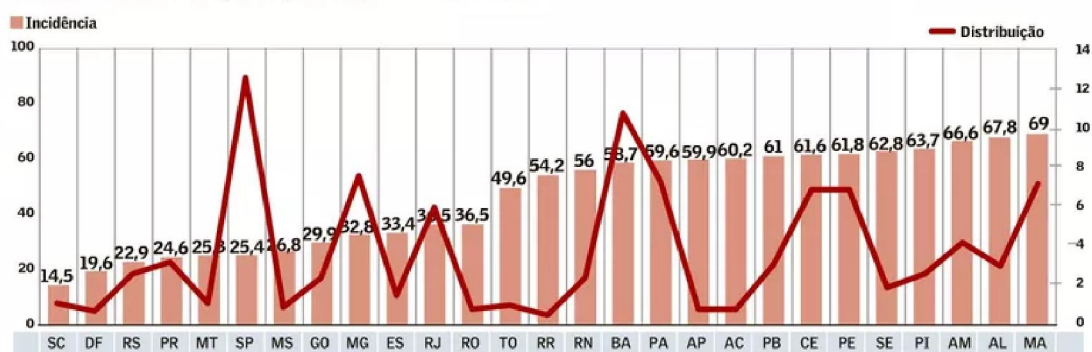
Em relação ao total de cada faixa etária - em %



Parcela de pobres no total de crianças e adolescentes - %



Incidência e distribuição da pobreza por estado - em %



Fonte: Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS). Obs.: Os dados se referem a 2019 e consideram a linha nacional de pobreza

Crianças e adolescentes respondiam, em 2019, por 40,3% de todos os pobres brasileiros. Ao todo, eram 20,8 milhões de pessoas que enfrentavam, no início de suas vidas, restrições que comprometem as oportunidades para o futuro. Estudo exclusivo do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) calcula que são necessários R\$ 49,8 bilhões por ano para erradicar a pobreza infantil no país, considerando uma linha nacional e única para a definição do critério de pobreza.

Quando se considera a pobreza por linhas regionalizadas (que refletem diferenças no custo de vida local), o número de crianças e adolescentes é menor (15,8 milhões) e também é inferior a parcela do

total de pobres (31,2%). Por esse cálculo, o montante estimado em transferências de renda para eliminar a pobreza infantil é de R\$ 28,2 bilhões por ano.

No grupo de zero a 17 anos, a incidência de pobreza - a parcela de pobres em relação ao total da população daquela faixa etária - é de 41%, mais que o dobro que a da população acima de 18 anos (19,5%), considerando a linha nacional.

O trabalho usa os dados mais recentes disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua anual, relativos a 2019. Mas o cenário de pobreza infantil deve se mostrar ainda pior quando saírem as informações relativas ao ano passado, em outubro, diante das consequências da pandemia e do aumento do desemprego, apontam especialistas.

“Sem dúvida, a pobreza se intensificou em 2020. A pandemia trouxe uma piora intensa do mercado de trabalho, concentrada nos grupos de renda mais baixa. A renda é um dos critérios para a definição de pobreza. E no Brasil tem um papel mais proeminente, já que bens públicos como educação, saúde e cultura são mais limitados”, afirma o economista Paulo Tafner, responsável pelo estudo e diretor-presidente do instituto.

O cálculo para a erradicação de pobreza infantil do IMDS estima o valor que seria necessário em transferências de renda para garantir que as famílias às quais essas crianças e adolescentes pertencem deixem a chamada linha da pobreza. Na linha nacional, são usados critérios do Banco Mundial, que correspondiam, em 2019, a cerca de R\$ 436 por mês per capita.

Já na conta pelas linhas regionalizadas, há valores diferentes de acordo com a região do país, a partir de metodologia desenvolvida por Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na área metropolitana de São Paulo, por exemplo, é de R\$ 392,42 por mês per capita, enquanto na área rural do Nordeste é de R\$ 312,55 per capita.

Para o economista, os valores encontrados para a erradicação da pobreza infantil [R\$ 49,8 bilhões e R\$ 28,2 bilhões por ano] “não são muito dinheiro” para a realidade brasileira e é preciso que o país invista mais nas crianças e em mecanismos que possam ajudá-las a deixar a pobreza para trás.

“Temos mais de R\$ 300 bilhões em subsídios a empresas. É preciso pensar em como criar uma sociedade brasileira mais dinâmica em termos de mobilidade social e definir prioridades”, afirma Tafner, lembrando que o fato de nascer pobre não deveria ser determinante para o futuro das crianças.

“O Brasil ainda não acordou para o fato de que a pobreza é muito concentrada entre aqueles com até 17 anos. A gente não investe no futuro.”

São crianças como os cinco filhos de Ana Maria Silva, de 36 anos. Antônia (3 anos), Hellena (6 anos), Octávio (8 anos), Laura Gabryelle (12) e Kauan Ury (15 anos) vivem com a mãe em uma casa construída no terreno da avó, no Parque Santo Antônio, na periferia de São Paulo. A família vive atualmente apenas da renda do auxílio-doença da mãe, que sofreu um acidente e está afastada do trabalho de auxiliar de sorveteiro, pelo qual recebia salário bruto de R\$ 1.500, que viravam pouco mais de R\$ 1 mil líquidos.

“Cheguei a ganhar mais de R\$ 3 mil em um trabalho anterior, mas perdi o emprego e a vida mudou. Agora, é tudo bem regrado”, conta ela.

Diretora de Programas da ActionAid, Ana Paula Brandão diz que a pesquisa mostra em números o aumento da pobreza que já tinha sido percebido pela organização nos trabalhos em diferentes áreas do país, antes mesmo da pandemia, que acabou por agilizar esse avanço.

“É muito difícil romper o ciclo da pobreza no Brasil e o que se vê é que a inclusão da classe média não foi uma transformação de fato. A situação dessas pessoas é ainda muito insegura. E as crianças são muito vulneráveis, são as mais impactadas”, afirma.

Mais do que a situação atual de pobreza vivida por essas crianças, aponta o diretor-executivo da Ação da Cidadania, Rodrigo Kiko Afonso, chamam a atenção as consequências para o futuro. Segundo ele, o atual modelo da sociedade brasileira “perpetua” a pessoa na pobreza, ao não dar condições de saída dela, por falta de acesso a renda e a direitos como saúde e educação de qualidades.

“A realidade é muito dura para essas crianças e jovens, que precisam enfrentar muitas barreiras. Sair da pobreza é quase um milagre”, afirma Afonso, destacando que a pandemia intensificou ainda mais a pobreza e a fome. “Não consigo ter um olhar de melhoria da situação a curto e a médio prazos.”

O estudo também traz dados por Estado brasileiro: São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão são alguns dos que se destacam negativamente em pobreza de crianças e adolescentes.

São Paulo, por exemplo, reúne 12,6% das crianças e jovens pobres do país, embora a incidência seja de 25,4%, ou seja, pouco mais de 2 a cada 10 crianças que moram no Estado são pobres. Já o Maranhão tem 7,2% das crianças pobres do país, mas quase sete a cada dez crianças e jovens do Maranhão são pobres (69%), o pior desempenho em todo o país neste quesito, considerando a linha nacional de pobreza.

Os dados completos do estudo foram publicados no site do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

28% recolhem só 1/4 do tempo trabalhado para a Previdência

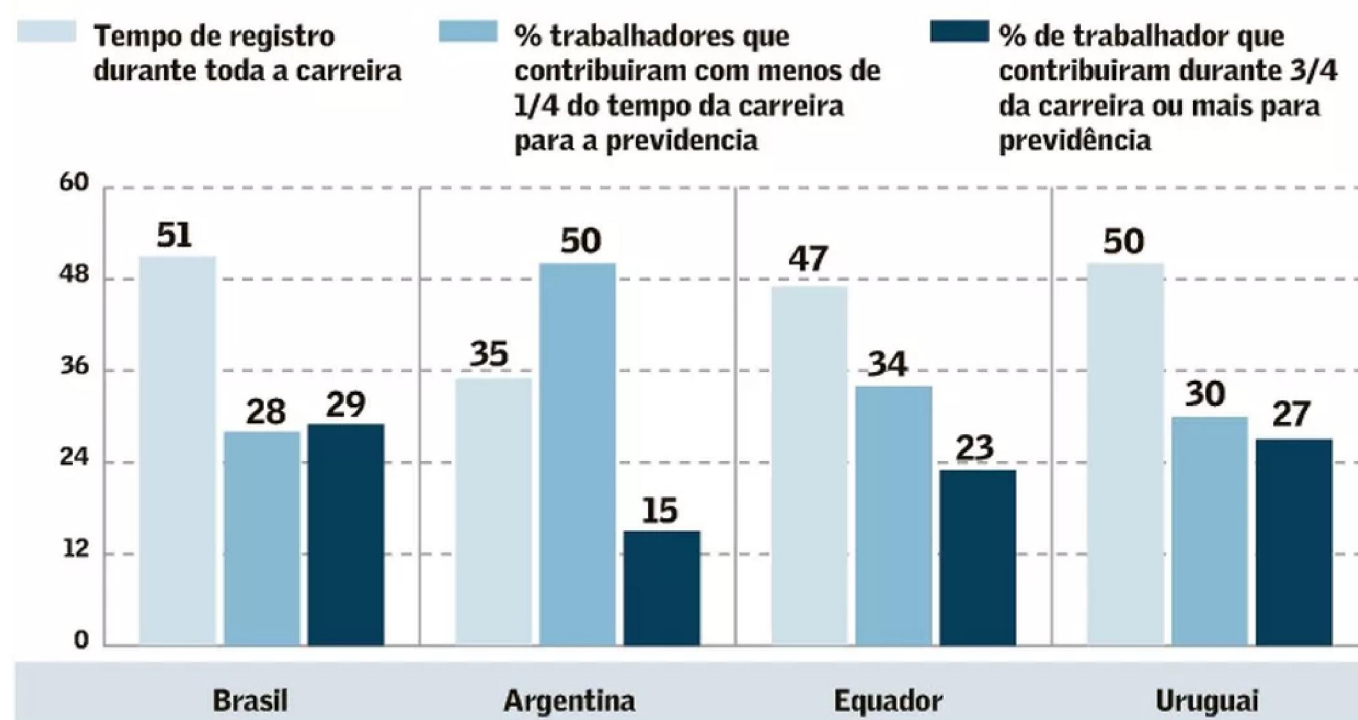
Com rotatividade alta, período de repasse é reduzido, diz CAF

Por Edna Simão — De Brasília

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Pressão nos gastos

Em %



Fonte: Estudo do CAF

Em média no Brasil, um trabalhador fica registrado, ou seja com a carteira assinada, durante 51% do tempo de sua carreira, mas nem todo esse período é revertido em contribuições para a Previdência Social. Estudo do CAF, banco de desenvolvimento de América Latina, a ser divulgado hoje, mostra que 28% dos trabalhadores no Brasil contribuem para Previdência menos de um quarto da vida laboral.

“A elevada rotatividade entre as situações com e sem contribuição, e a curta duração dos períodos de contribuição, faz com que o tempo de contribuição acumulado ao longo da vida laboral seja reduzido”, explica o CAF em estudo intitulado “Os sistemas de pensões e saúde na América Latina: Os desafios do envelhecimento, as mudanças tecnológicas e a informalidade”.

Mas essa distorção não acontece apenas no Brasil. O trabalhador na Argentina fica, em média, 35% do tempo de sua carreira registrado. No Equador, esse percentual é de 47%, e, no Uruguai, de 50%. Por outro lado, 50% dos trabalhadores na Argentina contribuem com menos de um quarto do tempo que poderiam ter contribuído para o sistema. Essa proporção é de 34% no Equador e 30% no Uruguai.

“Estes resultados implicam que uma parte significativa da força de trabalho corre o risco de não acumular os anos mínimos de contribuição necessários para ter acesso a uma pensão contributiva”, explica o estudo.

“Em média, um trabalhador esteve registrado 35% do tempo de sua carreira na Argentina, 51% no Brasil, 47% no Equador e 50% no Uruguai. No entanto, essa média esconde um fato fundamental: poucos contribuem quase todo o tempo e muitos contribuem pouco tempo. No total, 50% dos trabalhadores na Argentina contribuem com menos de um quarto do tempo que poderiam ter contribuído para o sistema. Essa proporção vai para 34% no Equador, 30% no Uruguai e 28% no Brasil”, informa o CAF.

O trabalho mostra ainda que a proporção de pessoas que contribuíram durante três quartos ou mais de sua carreira ativa é de 15% na Argentina, 23% no Equador, 27% no Uruguai e 29% no Brasil.

O estudo da CAF foi feito com base em dados dos registros administrativos dos sistemas de previdência social e no relatório são analisados os padrões de contribuição durante as trajetórias de trabalho em quatro países: Argentina, Brasil, Equador e Uruguai. O período analisado varia por país: 13 anos no Brasil (2005-2017) e Equador (2006-2018) e 20 anos na Argentina e Uruguai (em ambos os casos, 1996-2015).

Assim como o fato de os trabalhadores não contribuírem o suficiente para garantir aposentadoria e pensões, o envelhecimento da população, as mudanças tecnológicas e a elevada informalidade no mercado de trabalho também ajudam a pressionar os gastos do governo com previdência e saúde, caso não sejam adotadas medidas pelos governos.

Um dos desafios é reduzir a informalidade no mercado de trabalho. Uma das formas, conforme o CAF, seria, por exemplo, regulamentar a regras trabalhistas para plataformas digitais. Segundo a instituição, a formalidade do trabalhador que presta serviço para essas plataformas digitais chega a 50% dos trabalhadores no Brasil, enquanto entre os autônomos sem plataformas é de 20%.

O estudo ressalta que a informalidade na região é alta. “Estima-se que, se esses países conseguissem atingir a taxa de informalidade correspondente a seus níveis de renda per capita, isso implicaria contribuições adicionais aos sistemas de pensão e de saúde de aproximadamente 0,85% do PIB.”

O trabalho também ressalta que houve uma queda da informalidade na região da América Latina com a baixa na proporção de assalariados informais de quase nove pontos percentuais entre 2015 e 2018.

Mas a “significativa destruição” do emprego formal devido à covid-19 impõe desafio na medida que o mercado de trabalho não realoque em postos de qualidade aos trabalhadores que perderam seus empregos e estes acabem se refugiando em empregos de subsistência.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

MaxSlider, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Jovem de Salvador viraliza na web com seus truques para queimar gordura localizada!

DR. ZERO PESO

Clique Aqui

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Sandália mais macia do mundo vira febre em Salvador

SANDÁLIA CONFORTAX

Mais do Valor Econômico



Pequim critica Yellen por pedir “frente única” entre EUA e UE contra a China

País asiático negou as acusações de que rouba tecnologias ou pressiona empresas americanas, europeias e de outras partes do mundo a revelar informações críticas

13/07/2021 09:32 — Em Mundo

Volume de serviços sobe 1,2% em maio ante abril, diz IBGE

13/07/2021 09:26 — Em Brasil

Carga tributária pode cair R\$ 50 bi, diz Lira

Câmara entregará uma reforma estruturante do imposto de renda, afirma presidente da Casa

Por Raphael Di Cunto, Fabio Graner e Mariana Ribeiro e Cristiano Romero — De Brasília

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Lira no Twitter: reforma “promoverá grande geração de emprego e renda” — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que o relator do projeto de reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), “estuda reduzir em R\$ 50 bilhões a

carga tributária sobre a renda do capital produtivo e dos trabalhadores”. Sabino prevê apresentar hoje, às 12h, uma primeira versão de seu parecer aos líderes dos partidos aliados ao governo.

O substitutivo enxugará o texto original e modificará alíquotas, em especial as do IRPJ e da CSLL. “Fizemos algo ambicioso e o relator foi ainda mais ambicioso”, disse ao **Valor** o ministro da Economia, Paulo Guedes. Na proposta enviada ao Congresso, a tributação dos dividendos distribuídos pelas empresas atingia também a distribuição das holdings e suas controladas, configurando bitributação, segundo especialistas. Essa parte da proposta vai mudar, conforme antecipou o **Valor** na edição de ontem.

A equipe do Ministério da Economia foi alvo de duras críticas pelo projeto original, que aumentaria a carga tributária sobre empresários para promover alívio na tributação das pessoas físicas. No Twitter, Lira disse que a Câmara entregará reforma “estruturante” do IR, “que promoverá uma grande geração de empregos e renda nos próximos anos” e que levará à “justiça fiscal e simplificação do sistema tributário”.

“Escutei o mercado, conversei com empresários e a proposta está sendo aperfeiçoada. No fim, teremos um ‘ganha-ganha’”, afirmou o ministro Paulo Guedes. Segundo Guedes, todos os países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), com exceção da Letônia, tributam dividendos. No Brasil, a isenção existe desde 1995.

“Alguns alegam que já pagam o IR por serem sócios da empresas. Ora, queremos que as empresas paguem menos imposto e seus sócios e dirigentes paguem o Imposto de Renda como pessoa física”, disse o ministro. “Hoje, quem ganha R\$ 2 mil mensais no Brasil paga IR, já os super ricos pagam zero”, criticou.

O relator disse que sua proposta trará uma grata surpresa. À “Reuters”, Sabino disse que sua versão deve trazer redução líquida de carga tributária de R\$ 20 bilhões.

Nas negociações entre o governo e o parlamentar, a tendência era de haver outras modificações. Por exemplo, a equipe econômica avaliava aceitar a manutenção da isenção tributária para fundos de investimento imobiliário (FII). No projeto original enviado ao Congresso, esses fundos passariam a ter tributação de 15%.

O **Valor** apurou ainda que a tendência é que o relatório traga uma queda substancial na tributação do IRPJ/CSLL. Parte desse movimento, contudo, deverá estar vinculado à eliminação ou redução de benefícios tributários. Uma fonte do governo confirmou que um corte de 12,5 pontos percentuais estava na mesa, dependendo desse avanço na reversão de subsídios.

Cada 2,5 pontos de corte no IRPJ/CSLL tem um impacto de R\$ 18,5 bilhões a menos nas receitas. Guedes, nos bastidores, já chegou a aventar a hipótese de levar essa taxa a 20%, ou seja, uma queda de 14 pontos percentuais em relação ao nível atual. Qualquer movimento maior do que os 5 pontos percentuais já contratados de corte nesse tributo vai demandar uma compensação relevante em subsídios, o que politicamente também não é fácil

O projeto também deve ter alterações na sistemática de tributação dos dividendos, conforme informou o **Valor**. Há muitas críticas sobre a incidência desse tributo nas operações entre empresas (holdings).

O chefe do centro de estudos tributários e aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, confirmou ao **Valor** que a discussão está ocorrendo. Segundo ele, não é correto dizer que a formulação proposta gera automaticamente acumulação de créditos porque esses também devem ser contabilizados no valor do lucro a ser distribuído, mas reconheceu que esse risco existe em algumas situações quando há múltiplas empresas em uma holding.

Dessa forma, informou, há discussões para permitir um aproveitamento (abatimento) mais amplo de crédito em outros tributos ou limitar a cobrança do IR aos dividendos distribuídos aos acionistas pessoas físicas, conforme sugerido por alguns especialistas.

Em relação a essa última hipótese, preferida por parte da equipe econômica e dos especialistas, Claudemir apontou que há outros riscos envolvidos, como abrir brecha para planejamento tributário. “Se tributar só na pessoa física, pode haver uso artificial de empresas para receber dividendos”, comentou. “Qualquer modelo que a gente adote tem prós e contras. O que a gente tem que fazer é ir ajustando para minimizar os efeitos negativos de interferência na economia [e de planejamento tributário]”.

Thiago Brasileiro, sócio do escritório Martinelli Advogados, afirma que o melhor caminho é limitar a tributação dos dividendos somente quando o recurso for para as pessoas físicas. Mas ponderou que um uso mais amplo de possibilidade de abatimentos já melhoraria a proposta, embora adicione complexidade ao sistema.

Saiba Mais

[Receita calcula que arrecadará R\\$ 14,5 bi com fundo familiar](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

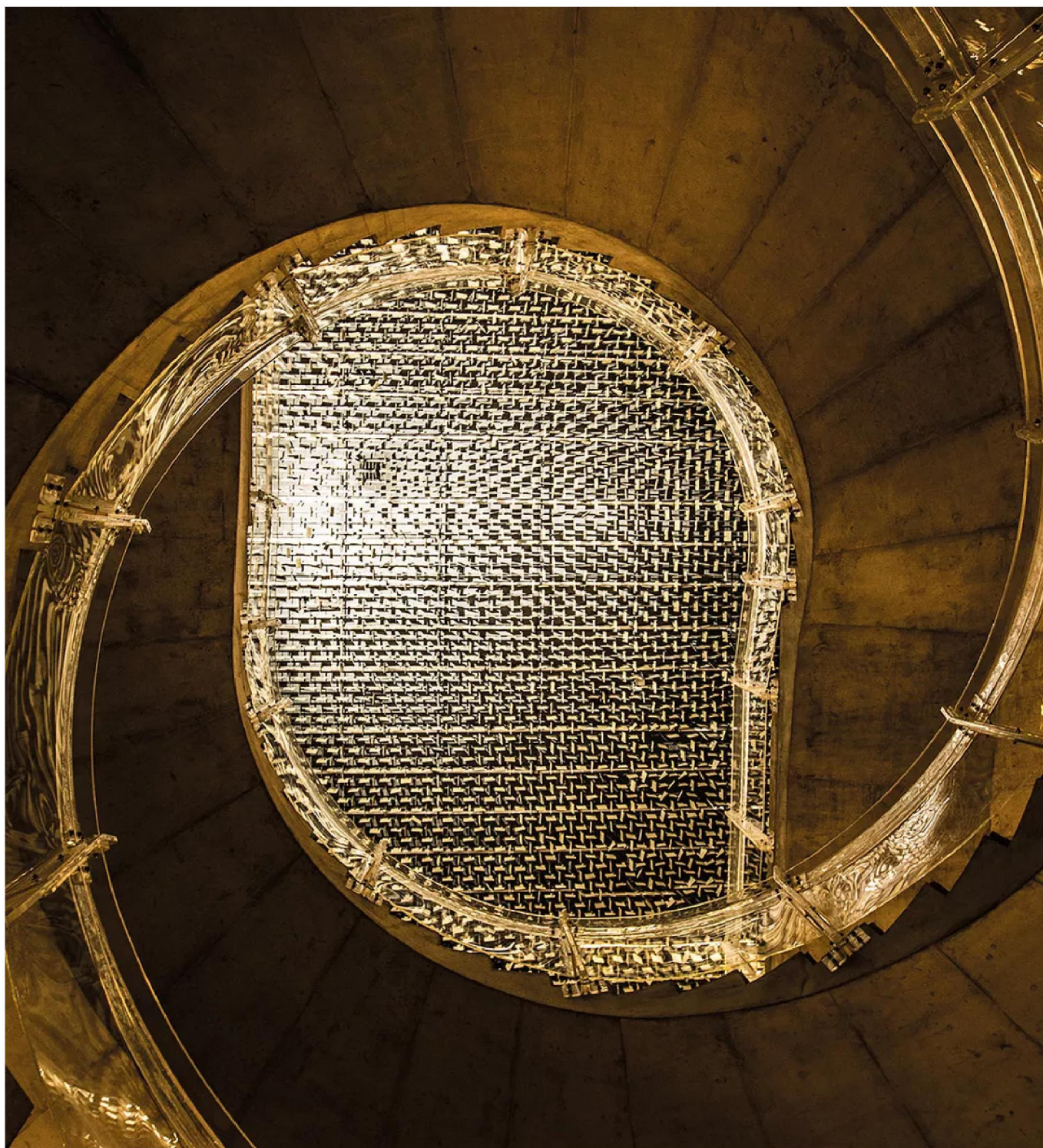
LOJA INTERATIVO

Depósitos voluntários e dívida pública

PL resgata a competência do BC para emitir títulos próprios, proibida pela LRF

Por Cláudio Jaloretto

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Antes da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na virada do século, o Banco Central podia emitir títulos de dívida mobiliária para fins de execução da política monetária. A LRF proibiu essa emissão a partir de maio de 2002. A razão para essa proibição decorreu do fato de o relator da lei na Câmara dos Deputados pretender incluir a emissão de dívida mobiliária pelo Banco Central no Orçamento Federal, sob o argumento, errôneo, de que aquela Autarquia emitia dívida para financiar gastos fiscais, que permaneciam ocultos e, portanto, também não transitavam pelo Orçamento. Caso essa proposta prosperasse, implicaria na submissão da política monetária à política fiscal e à burocracia do orçamento; diante do impasse, a solução foi proibir o Banco Central de emitir títulos próprios.

Essa proibição levou a que a política monetária passasse a ser executada por intermédio das chamadas operações compromissadas, com lastro em títulos públicos federais e integrantes da carteira do Banco Central. Até então, o BC utilizava as operações compromissadas de forma residual, basicamente para “zerar” o mercado diariamente, sendo a emissão e venda de títulos próprios o principal instrumento de execução da política monetária. Para se ter uma ideia, ao final de 2001, o saldo de operações compromissadas correspondia a um ativo da Autarquia equivalente a 0,7% do PIB, enquanto seu passivo em dívida mobiliária de emissão própria era de 9,6% do PIB. Hoje (abril/2021), o passivo do BC em operações compromissadas é de 15,6% do PIB.

Novo instrumento vai permitir ao BC uma melhor e mais adequada condução da política monetária

Operação compromissada nada mais é do que a venda (ou compra) de um título com o compromisso de recompra (ou de revenda) em um determinado prazo. Por essa razão, o título que lastreia a operação não deixa de integrar a carteira de títulos (ou não é incorporado a ela), pois não é uma venda (ou compra) definitiva.

O resultado foi o aumento do balanço do BC pois o Tesouro Nacional passou a capitalizar a autarquia via emissão de títulos, de modo a suprir aquele banco com o lastro de títulos públicos necessário para suas operações. De fato, a carteira de títulos do BC passou de 14,4% do PIB em dezembro/2001 para 25,5% do PIB em abril/2021, tendo como contrapartida, entre outras, o aumento do saldo na conta única do Tesouro, que passou de 6,2% do PIB em dezembro/2001 para 19,6% do PIB em abril/2021, um acréscimo de 13,4 pontos comparados ao aumento de 11,1 pontos de crescimento da carteira.

Nessa época, embora o BC calculasse a dívida bruta, a principal variável de acompanhamento do endividamento público era a dívida líquida, a qual não foi afetada por essa mudança pois o passivo consolidado do Banco Central e do Tesouro Nacional, nela estava incluído. Posteriormente, por conta de um melhor acompanhamento das contas fiscais pelos agentes do mercado, aliado às incertezas quanto à qualidade dos resultados fiscais, a dívida bruta passou a ser uma das principais variáveis de acompanhamento do endividamento público.

O conceito de dívida bruta, então calculado, utilizava a metodologia definida pelo Fundo Monetário Internacional e utilizada mundialmente e que considera apenas o setor público não financeiro, excluindo, portanto, as instituições financeiras e monetárias e, por consequência, não inclui o passivo do Banco Central. Obviamente, a carteira de títulos do Banco Central é incluída pois se trata de um passivo do governo contra a autoridade monetária. Esse conceito chamo aqui de Conceito do FMI.

Em 2008, porém, o BC mudou a metodologia e passou a utilizar um novo conceito, em que passou a ser excluída a carteira de títulos públicos da autarquia e incluído o passivo representado pelas operações compromissadas. O argumento era de que esse conceito refletiria mais adequadamente a política fiscal ao considerar apenas a dívida pública mobiliária em mercado. Na prática, a alteração foi efetuada para reduzir, artificialmente, o total da dívida bruta, que passou de 61,4% do PIB em dezembro de 2008 para 56,0% do PIB na mesma data, uma redução de 5,4 pontos percentuais do PIB pela mudança do critério. Em abril de 2021 essa diferença estava em 9,9 pontos percentuais do PIB.

Em 22 de junho deste ano, o Congresso Nacional aprovou o PL nº 3.877/2020, que aguarda sanção presidencial, e que permite ao Banco Central receber depósitos voluntários remunerados das instituições financeiras e das instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB. Esse novo instrumento vem complementar as operações compromissadas na execução da política monetária, podendo substituí-las como principal instrumento e resgatar, ainda que de forma incompleta, a competência da autarquia para emitir títulos próprios, indevidamente proibida pela LRF.

De fato, o enxugamento da liquidez poderá se dar via emissão de certificados de depósitos do Banco Central, com funcionamento análogo ao da emissão de um título de dívida mobiliária.

No entanto, ao se manter o atual conceito de dívida bruta utilizado pelo Banco Central, poderemos experimentar uma significativa redução artificial dessa dívida, no valor potencial de 15,6% do PIB, se considerarmos o estoque de operações compromissadas existente ao final de abril/2021 pois, enquanto essas operações integram o quadro da dívida bruta, os novos depósitos voluntários não o integrarão, a exemplo dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo e da base monetária.

Além de permitir ao Banco Central uma melhor e mais adequada condução da política monetária, o novo instrumento posto à disposição da autarquia também deixará claro que o conceito mais adequado para mensurar o endividamento bruto do setor público não financeiro é o Conceito do FMI, que correspondia, em abril/2021, a 96,6% do PIB.

Por outro lado, se calcularmos a dívida bruta consolidando as contas do Banco Central, como advogam alguns, teremos um quadro não muito diferente do apresentado pelo Conceito do FMI, com um percentual estimado em 97,8% do PIB para abril deste ano.

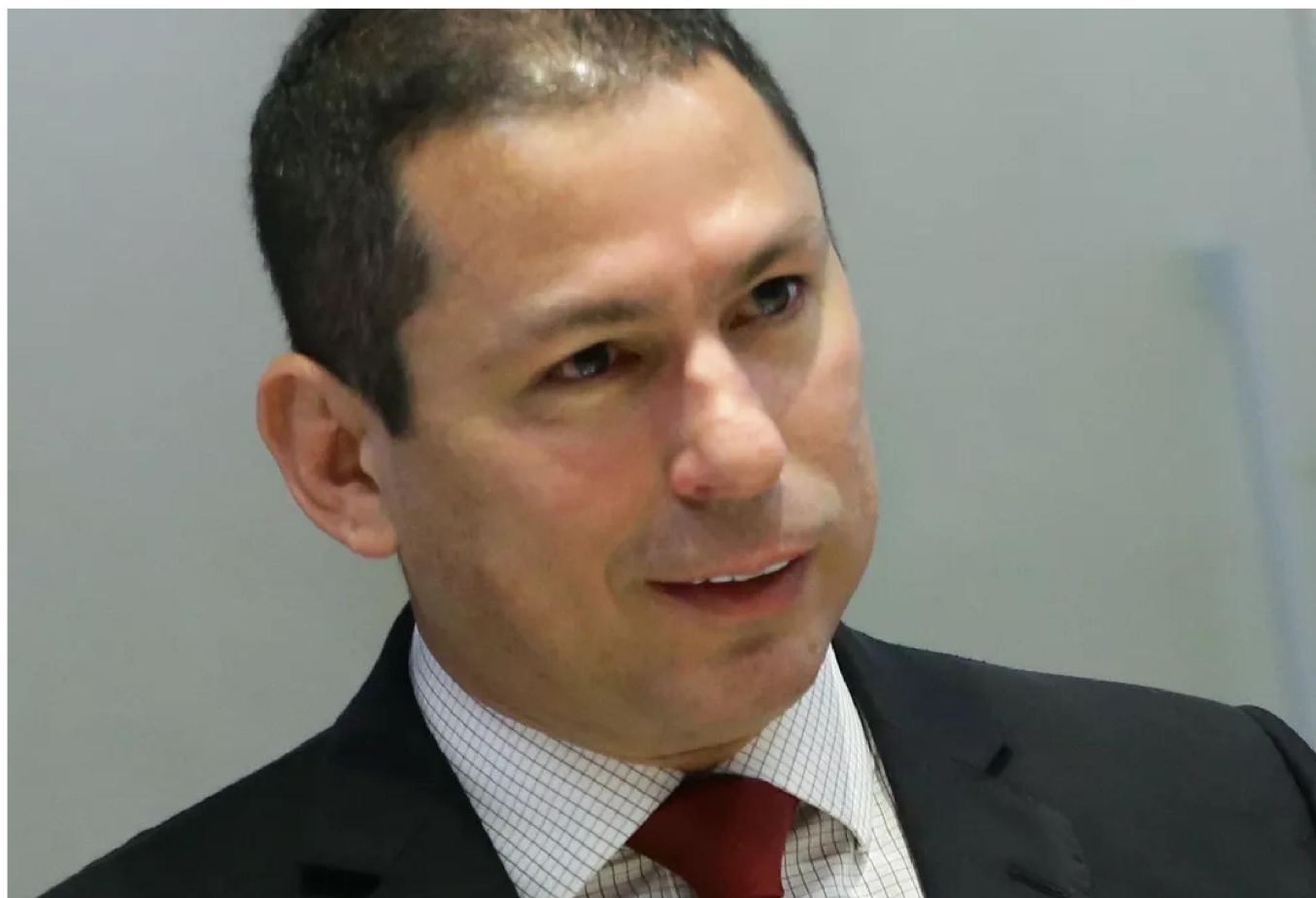
Cláudio Jaloretto é ex-chefe dos Departamentos da Dívida Pública e de Processos Administrativos Sancionadores do BC

Distribuidoras aguardam fim de disputa na Zona Franca

Ministério da Economia e Receita defendem término de benefício defendido por bancada de Amazonas

Por Raphael Di Cunto e Fabio Murakawa — De Brasília

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Deputado Marcelo Ramos (PL-AM): se há fraude, ela deve ser combatida por Polícia Federal e Receita Federal — Foto: Divulgação

O presidente Jair Bolsonaro tem até amanhã para sancionar ou vetar artigo incluído em uma medida provisória (MP) com o objetivo de acabar com a isenção de PIS/Cofins na importação de petróleo, lubrificantes e combustíveis por empresas sediadas na Zona Franca de Manaus, que está gerando uma disputa entre as distribuidoras de combustível.

A tendência, segundo apurou o **Valor** com fontes do Palácio do Planalto, era Bolsonaro sancionar a medida, mas não havia decisão ainda. O Ministério da Economia e a Receita Federal defendem acabar com esse benefício, obtido por distribuidoras do Amazonas com base em decisões judiciais e que,

segundo eles, estaria sendo utilizado de modo fraudulento para vender diretamente aos consumidores até de fora do Estado, mas a bancada amazonense no Congresso diz que há acordo para o veto e que, se isso não ocorrer, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta foi aprovada pela Câmara e Senado como um “jabuti” à MP 1.034, que isentou de PIS/Cofins o óleo diesel por dois meses e o gás de cozinha definitivamente. Para compensar esse gasto, o governo propôs o fim do Regime Especial da Indústria Química (Reiq) e restrições à isenção de IPI na compra de carros por pessoas com deficiência.

O relator, deputado Moses Rodrigues (MDB-CE), negociou uma transição para os cortes nesses dois programas, o que resultaria em perdas de arrecadação. Como contrapartida, aceitou a sugestão da Receita de acabar com a isenção de PIS/Cofins nas importações de gasolina, óleo diesel e lubrificantes por empresas da Zona Franca de Manaus, que, segundo ele, estariam revendendo o combustível nos postos do Amazonas e também de outros Estados.

“Estão importando diesel e gasolina que não são dirigidos à indústria de transformação para nenhum tipo de beneficiamento, mas, sim, para a venda ao consumidor. E essas empresas não têm colocado os preços abaixo do de outras empresas, mas têm competido de forma desleal na região do Amazonas”, disse Moses.

Diretora-executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Valéria Lima afirmou que o não pagamento de impostos por essas distribuidoras está prejudicando a concorrência em outros Estados e até dentro do Amazonas, onde a refinaria Isaac Sabbá (Reman), da Petrobras, é tributada ao produzir combustíveis em Manaus, enquanto quem importa não paga o imposto.

“A persistir isso, o conceito de gerar desenvolvimento na Zona Franca, gerar emprego e qualificação cai por terra”, disse.

Já o deputado Marcelo Ramos (PL-AM) defende que a discussão não poderia ter ocorrido no meio de uma MP porque a isenção é garantida pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), referendado pelo STF. “Se há empresas que estão fraudando isso, temos que combater a fraude com a Receita Federal e a Polícia Federal, e não abraçar precedente”, disse.

A principal beneficiada pela isenção é a distribuidora Atem, que obteve decisões judiciais desde 2017 para receber a isenção e que expandiu fortemente sua atuação no Amazonas e na região Norte nos últimos anos. O **Valor** procurou ontem a empresa para comentar, mas não houve retorno por e-mail até a conclusão desta edição e o telefone divulgado no site estava desligado.

A bancada do Amazonas tentou excluir esse artigo nas votações na Câmara e no Senado, mas não teve apoio suficiente e acabou fechando um acordo com o governo para que Bolsonaro vetasse a mudança. Os parlamentares, contudo, acreditam que prevalecerá dentro do governo a posição da Receita Federal e prometem judicializar o tema. “Eu duvido muito que o governo vete. Eu acredito que vai acabar sendo aprovado daquele jeito e vou ajuizar ação direta de inconstitucionalidade”, disse Ramos.

Geopolítica e a economia mundial

Preocupações atuais estão mais associadas a variáveis macroeconômicas

Por Carlos A. Primo Braga

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



O cenário geopolítico global está ficando não apenas mais complexo, mas também mais perigoso nos últimos anos. A ascensão econômica e militar da China, a nova assertividade da Rússia e as suas

aventuras militares no Leste Europeu, bem como as incertezas sobre a estabilidade do Oriente Médio e sobre o futuro das ambições nucleares do Irã são alguns dos fatores por trás dessa percepção. O debate sobre as origens do sars-cov2 vem também contribuindo para o aumento de tensões internacionais.

É interessante comparar como Wall Street e mercados europeus reagiram à eclosão da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais. No caso da primeira guerra (1914-18), mercados europeus foram surpreendidos pela velocidade da evolução do conflito (do assassinato em Sarajevo a uma guerra continental) e ações de companhias europeias tiveram um desempenho inferior àquele observado em Wall Street. A segunda guerra mundial (1939-45), dada a escalada contínua das ameaças nazistas, não chegou a constituir uma surpresa e o smart money fugiu da Europa para os EUA antes de sua eclosão. Esses eventos geopolíticos ajudaram a transformar Nova York no centro financeiro global, superando Londres.

Mercados continuarão a ser influenciados por políticas macroeconômicas mais do que por choques geopolíticos. Mas esses podem gerar transformações como as guerras mundiais, com implicações significativas para o futuro da economia

No caso de eventos durante a Guerra Fria, no entanto, mercados financeiros tipicamente não reagiram de forma significativa às tensões geopolíticas, como a crise dos mísseis em Cuba, em 1962. Talvez isso simplesmente tenha refletido a dificuldade de avaliar oportunidades de hedging frente à possibilidade de uma catástrofe nuclear. E mesmo no contexto de conflitos convencionais (Vietnam, Malvinas, Afeganistão, Iraque e guerras no Oriente Médio) ou terrorismo com implicações internacionais (11 de setembro de 2001 e a expansão do ISIS), mercados financeiros não foram afetados de forma significativa e sustentada por tais eventos. A única exceção relevante diz respeito ao impacto do conflito árabe-israelense em 1973 (a Guerra do Yom Kippur) em virtude das suas implicações para o preço do petróleo, dada a influência de países árabes nas decisões da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep).

A questão que se coloca na atualidade é até que ponto a experiência de relativa resiliência de mercados financeiros com respeito a choques geopolíticos continua válida. O cenário geopolítico global vem se alterando com grande velocidade e as tensões internacionais têm aumentado nos últimos anos. Eventuais cenários de conflitos convencionais, como uma aventura militar da Rússia no Leste Europeu ou nos países bálticos ou um ataque chinês a Taiwan, podem certamente desestabilizar mercados financeiros globais. Mas as preocupações atuais permanecem muito mais associadas com variáveis macroeconômicas, como a possibilidade de um surto inflacionário em países industrializados ou mudanças nas políticas monetárias dos principais bancos centrais.

Em particular, o debate se concentra sobre o cronograma das ações futuras do Banco Central dos EUA (Fed): quando taxas de juros de referência serão elevadas e quando a aquisição de ativos financeiros (Quantitative Easing, QE) pelo Fed, que vem ocorrendo a uma taxa de US\$ 120 bilhões por mês (US\$ 80 bilhões em títulos do Tesouro e US\$ 40 bilhões em títulos mobiliários associados com hipotecas), começará a ser atenuada (tapering)? Na reunião de junho do Comitê de Política Monetária (Federal Open Market Committee, Fomc) do Fed, o comunicado do comitê confirmou a manutenção da taxa

efetiva de juros no intervalo de 0 a 0,25% e a continuidade de QE aos níveis dos últimos meses. Indiretamente, porém, o Fomc sugere que mudanças de política podem ocorrer mais cedo do que antecipado pelos mercados.

O balanço do Fed tem evoluído de uma forma dramática desde a crise financeira global. Em agosto de 2008, os ativos no balanço do Fed eram da ordem de US\$ 900 bilhões. QE aumentou estes valores para cerca de US\$ 4,5 trilhões por volta de janeiro de 2015. Com a pandemia, porém, as intervenções no mercado foram aceleradas e hoje os ativos já somam quase

US\$ 8 trilhões. Mercados financeiros temem uma normalização da política monetária nos EUA, seja um aumento de taxas de juros ou o início de tapering, que certamente trará mudanças significativas no custo do crédito nos EUA e no mundo.

Tais considerações sugerem que os mercados financeiros continuarão a prestar mais atenção às palavras de Jerome Powell (presidente do Fed) e de Christine Lagarde (presidente do Banco Central Europeu) do que às palavras de Putin ou de Xi Jinping. Mas seria um erro ignorar o potencial de disrupções geopolíticas. A administração Biden tem enfatizado que os EUA estão de novo dispostos a liderar democracias no processo de reformas de instituições multilaterais, em contraste com as atitudes disruptivas do governo Trump. Isso certamente facilitará a coordenação no contexto do G-7 no que diz respeito a confrontos geopolíticos com a Rússia e a China. Mas a realidade é que se tornou mais difícil garantir uma estabilidade estratégica, qual seja uma arquitetura internacional que minimize a probabilidade de falhas dos mecanismos de dissuasão. Durante a Guerra Fria, o equilíbrio de terror associado a um cenário de mútua destruição tornava improvável o recurso a armas nucleares, no contexto de conflitos geopolíticos. Na atualidade, a construção de mecanismos para a dissuasão de ataques cibernéticos enfrenta dificuldades inusitadas em virtude dos desafios de identificação dos atores envolvidos. O problema de atribuição não significa, porém, que ataques cibernéticos não possam levar a confrontos militares.

Mercados continuarão a ser influenciados mais diretamente por políticas macroeconômicas do que por eventuais choques geopolíticos. Mas esses podem gerar transformações sistêmicas, como observado nos casos das guerras mundiais, com implicações significativas para o futuro da economia mundial.

Carlos A. Primo Braga é professor associado na Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Jovem de Salvador viraliza na web com seus truques para queimar gordura localizada!

DR. ZERO PESO

Clique Aqui

Indústria ajuda a puxar o PIB, mas crescimento é desigual

A expectativa é que a indústria siga em crescimento, mas existem problemas no horizonte

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O crescimento em maio deixou a indústria otimista. Depois de ter encolhido de fevereiro a abril, a produção industrial retomou o ritmo, cresceu 1,4% em relação ao mês anterior e deu um salto de 24% sobre igual período de 2020, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da expectativa mais cautelosa para junho, cujos dados ainda não foram fechados, as previsões para o restante do ano são positivas, e embalam a aposta de aumento da participação da indústria no Produto Interno Bruto, em um momento em que os serviços, sob efeito das medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, estão em baixa.

A comparação com 2020 tem que ser relativizada porque toma como referência o período em que a pandemia do novo coronavírus pegou em cheio a atividade econômica e jogou a produção calculada pelo IBGE aos níveis mais baixos da série histórica, iniciada em 2002. Nos dois primeiros meses da pandemia, desabou 27%. O avanço de 1,4% de maio não compensa o recuo de 1,5% registrado em abril, mas levou o nível da produção ao patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020. A indústria, porém, ainda está 16,7% abaixo do nível recorde, de maio de 2011.

Alguns outros indicadores sinalizam que a indústria segue em expansão. O Índice Gerente de Compras (PMI) do setor industrial da IHS Markit para o Brasil, por exemplo, subiu de 53,7 pontos em maio para 56,4 pontos em junho. A indústria vem impulsionando o Índice de Confiança Empresarial (ICE) calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que atribui ao setor o aumento de 4,3 pontos registrado no indicador de maio para junho, para 98,8 pontos. Dos quatro grandes segmentos empresariais usados para cálculo do indicador, o setor industrial foi o único a apresentar pontuação acima de 100 pontos em junho, com índice de confiança de 107,6 pontos; os serviços registraram 93,8 pontos; o comércio, de 95,9 pontos; e a construção, de 92,4 pontos.

Com base nessas sinalizações já se espera o aumento da participação da indústria no PIB, especialmente da indústria de transformação, cuja fatia no valor adicionado do PIB avançou de 9,9%, no quarto trimestre de 2019, para 10,3% nos primeiros três meses deste ano, de acordo com cálculos do pesquisador sênior do Ibré/FGV, Samuel Pessoa (**Valor** 6/7). A indústria de transformação responde por mais da metade da indústria total no PIB.

Os números não significam a reversão da tendência de redução do peso da indústria na economia, que vem de longa data. No início do século, a transformação representava 15% do PIB. Mas sim, reflete a

resposta à dinâmica desencadeada pela pandemia, que levou ao encolhimento do setor de serviços, em consequência do distanciamento social. A tendência é global, embora haja diferenciações conforme o ciclo de espalhamento da pandemia nos diferentes países. Levantamento elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostrou que o Brasil melhorou sua posição em ranking de 45 países. Com avanço de 5,2% no primeiro trimestre, ante igual período de 2020 e feito o ajuste sazonal, a indústria brasileira ficou na 13ª colocação, à frente de países como França, Japão, Alemanha e Estados Unidos. No primeiro trimestre de 2020, o Brasil estava no 24º lugar e, em 2019, em 38º.

Mas o desempenho da indústria é desigual. Dos 26 ramos pesquisados, 15 acompanharam a alta de abril para maio. O melhor resultado é o de produtos farmacêuticos e farmacêuticos, cuja fabricação cresceu 8%. Outros destaques são móveis, bebidas e alimentos. Praticamente estagnada ficou a produção de veículos. Recuaram entre outros setores os de máquinas e equipamentos, produtos têxteis e de madeira.

A expectativa é que a indústria siga em crescimento. Mas há alguns problemas no horizonte. Um deles é a escassez global de insumos e partes, que colocam em xeque a expansão de alguns segmentos, como a indústria de automóveis e veículos. Há dúvidas se a reforma tributária em estudo pelo governo vai contribuir para a tão esperada redução do custo Brasil ou pode até elevá-lo, como receiam alguns especialistas. Mais recentemente surgiu a ameaça da crise hídrica, que obriga as empresas a acelerarem o uso das fontes alternativas energéticas e, de imediato, eleva os custos de produção, que já vinham sendo pressionados pela alta do dólar e da inflação. A renovação do auxílio emergencial tirou uma nuvem do horizonte, mas restam a preocupação com a reformulação de um programa social mais duradouro e com o andamento da vacinação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Jovem de Salvador viraliza na web com seus truques para queimar gordura localizada!

DR. ZERO PESO

Clique Aqui

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE



Por Pedro Cafardo

É ex-editor-executivo do Valor e integrou a equipe que fundou o jornal. Foi editor-chefe de "O Estado de S. Paulo" e editor de Economia em várias publicações

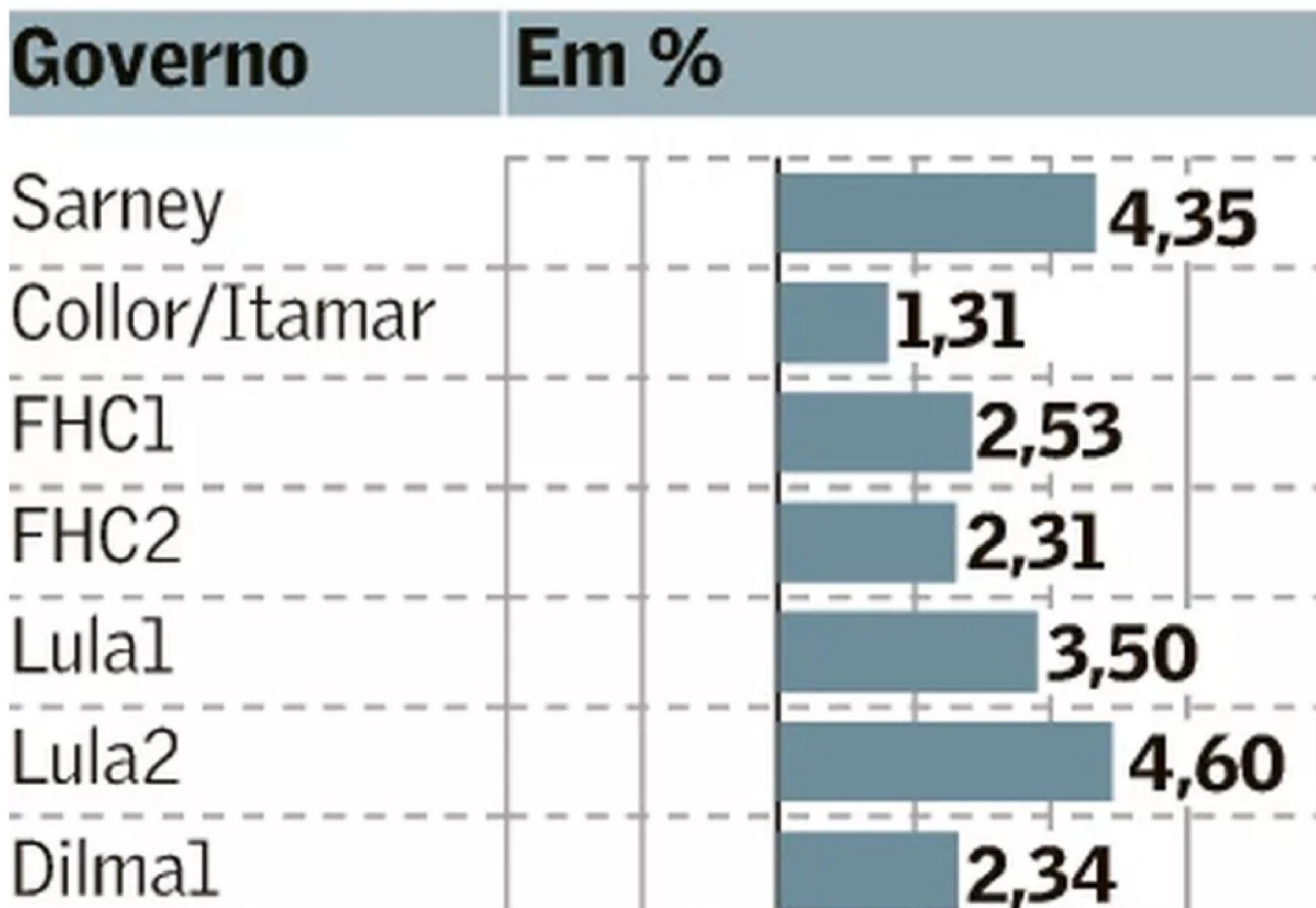
Já passou da hora de planejar o pós-pandemia

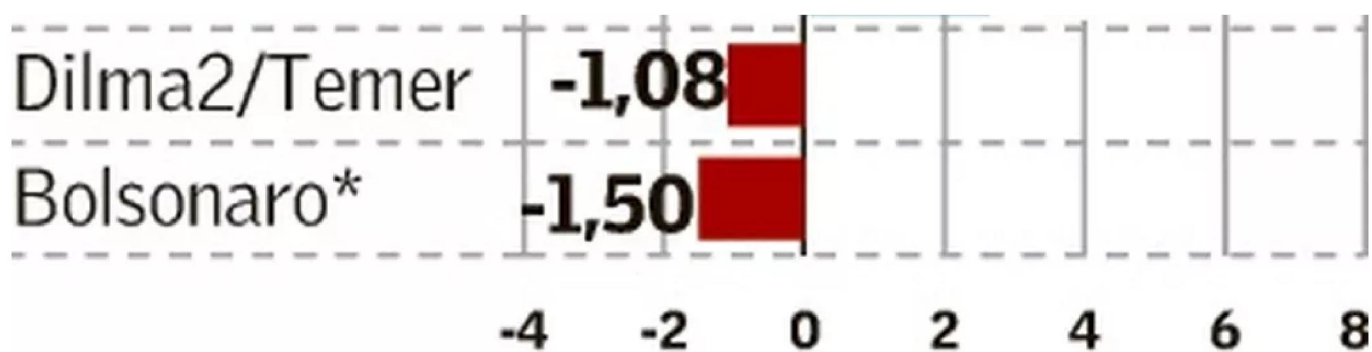
Com a ascensão ameaçadora da China e a pandemia, até economias avançadas passaram a apoiar a intervenção estatal

13/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Lento crescimento

Expansão média anual do PIB





Fonte: IBGE/Valor Data. *Média de 2019 e 2020

As previsões de crescimento do PIB brasileiro neste ano vêm sendo revisadas para melhor a cada semana e já superaram 5%. O número é bom, mas apenas compensa, com pequena vantagem, a recessão de 4,1% do ano passado. Então, este é um momento oportuno para reflexões sobre expansão da economia brasileira.

Uma constatação inicial indiscutível é que a economia está semiestagnada há quase quatro décadas. O baixo crescimento da produção fez com que o PIB per capita tivesse nesse período uma pequena expansão, aquém das médias globais.

Avaliações heterodoxas indicam que a principal razão dessa semiestagnação foi o abandono ou a adoção equivocada das políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento que haviam transformado o país em um grande exportador de produtos industrializados. No fim da década de 1980, o Brasil exportava anualmente US\$ 9 bilhões em manufaturados, mais que a China, com US\$ 8 bilhões. Passados 40 anos, as exportações chinesas desses produtos (mais de US\$ 2 trilhões em 2020) são 30 vezes maiores que as brasileiras (US\$ 61 bilhões).

Recuperação do Brasil tende a ser pela economia verde

Costuma-se dizer que o Brasil foi o país cuja economia mais cresceu no século XX. Isso parece não ser verdadeiro, embora não haja estatísticas mundiais conclusivas sobre o assunto. Pode-se dizer apenas que o país foi um dos que mais cresceram no século, tendo o PIB per capita aumentado em média 3,5% ao ano, índice superado por alguns países, entre eles Coreia do Sul, Japão e Taiwan.

A fase de ouro da economia brasileira foi de 1920 a 1980, quando o país adotou políticas desenvolvimentistas. Depois, os anos 1980 foram dominados pela crise da dívida externa e pela hiperinflação. Nos 1990, resolvido o problema da dívida, veio o plano de estabilização (Real), bem-sucedido, mas o país enfrentou duas crises financeiras e permaneceu semiestagnado. Após acordo com o FMI, adotou-se a política do tripé macroeconômico - câmbio flutuante, metas de inflação e responsabilidade fiscal -, que manteve a estabilidade, mas não funcionou para promover crescimento.

É fato: um país que foi destaque global em crescimento durante grande parte do século XX perdeu ímpeto nas últimas quatro décadas. Um passeio pelo gráfico ao lado, preparado pelo economista Robinson Moraes, do Valor Data, mostra números registrados nos oito governos no período da redemocratização. Nenhum deles promoveu expansão forte nesse período pós-1985. O maior crescimento médio do PIB se deu no segundo governo Lula (4,6% ao ano) e o segundo maior no de José Sarney (4,35%). Nos demais, houve taxas anuais baixas ou recessões, o que deixaram estagnada ou mesmo em queda a renda real per capita.

Estagnação e semiestagnação, como se viu em seis décadas do século XX, não são destinos inexoráveis brasileiros. Há condições favoráveis para o país voltar a figurar entre os líderes do crescimento no mundo.

A agenda neoliberal defende a redução drástica do papel do Estado em quase todos os setores, para abrir espaço ao empreendimento privado. Os exemplos globais de sucesso do século XX, porém, mostram que não há experiência de desenvolvimento que tenha prescindido de um papel proativo do Estado na economia e em conjunto com a iniciativa privada.

O papel do Estado indutor do desenvolvimento vinha sendo menosprezado pelo neoliberalismo nas últimas décadas, mas a ascensão ameaçadora da China e a pandemia mudaram o discurso. Até economias avançadas passaram a apoiar a intervenção estatal. No mês passado, o Senado americano aprovou o maior pacote de política industrial da história dos EUA. Cerca de US\$ 250 bilhões serão injetados em cinco anos em empresas privadas para investimentos na fabricação de semicondutores, pesquisa de inteligência artificial, robótica, computação quântica e outros setores de alta tecnologia. Em condições normais, sob a agenda neoliberal, esses recursos só poderiam ser buscados no mercado de capitais.

O Brasil deveria pelo menos começar a pensar em planejar a economia pós-pandemia, apesar de ter um governo que extinguiu o Ministério do Planejamento. Em tempos de emergência climática, a vocação brasileira está estampada nas características naturais do país, com florestas tropicais, biodiversidade, potencial agrícola e para geração de energias renováveis.

Em lúcido artigo no **Valor**, o economista Jorge Arbach, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), observou que o Brasil e toda a região latino-americana terão de apostar em um “crescimento sustentável e sustentado”. A economia das mudanças climáticas oferece oportunidades sem precedentes, disse. A agricultura poderia ser vista como ponto de partida, e não de chegada, na matriz produtiva e de comércio exterior. Há claras chances de atração de investimentos em pesquisas, tecnologias, equipamentos, produção e exportação de alimentos industrializados, marcas e redes de distribuição.

O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, em artigo de ontem no **Valor**, lembrou que o FMI projeta déficit primário de apenas 1,7% do PIB no país neste ano e volta do superávit em 2024. Essa projeção deveria reduzir a pressão dos “terroristas fiscais” por cortes de gastos e abrir espaço para investimentos públicos na nova economia, verde e tecnológica.

Infelizmente, o Brasil tem um governo que abomina o óbvio e não só no combate à pandemia. Um ministro do Meio Ambiente, demitido em junho, ficou dois anos e meio “passando a boiada” para sabotar a política ambiental. Enquanto isso, o país enfrentava a onda de fuga de cérebros para o exterior. Só para os EUA, houve no ano passado 3.387 pedidos de visto de trabalho para pessoal de alta qualificação. Para jovens talentosos, vai ficando cada vez mais difícil não desistir do Brasil.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras

E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Jovem de Salvador viraliza na web com seus truques para queimar gordura localizada!

DR. ZERO PESO

Clique Aqui

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Brasileiras dizem: "Armário organizado não tem preço, virou minha queridinha."

TOTAL BLOCK - BPA FREE

Saiba Mais

Mais do Valor Econômico

Pequim critica Yellen por pedir “frente única” entre EUA e UE contra a China

País asiático negou as acusações de que rouba tecnologias ou pressiona empresas americanas, europeias e de outras partes do mundo a revelar informações críticas

13/07/2021 09:32 — Em Mundo

Projeto que libera emendas para a saúde pode ser aprovado

Aprovada na Câmara, na semana passada, proposta será analisada pelo Senado

Por Cristian Klein — Do Rio

13/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para votação esta semana uma proposta com relevância econômica e que tem alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

É o projeto de decreto legislativo que trata da aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2021. Aprovado na Câmara, na semana passada, ele será analisado pelo Senado. O projeto derruba dispositivo de regra estabelecida pelo Ministério da Saúde que determinava um teto para transferências do SUS para financiar despesas da pandemia.

O levantamento considera três projetos pautados em plenário e de forma conclusiva nas comissões (quando não precisa passar pelo plenário). A probabilidade de aprovação é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

MaxSlider, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

Receita calcula que arrecadará R\$ 14,5 bi com fundo familiar

Fisco prevê impacto em 2022, mas alega que reforma do IR tende à neutralidade nos anos seguintes

Por Fabio Graner e Mariana Ribeiro — De Brasília

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Reforma no IR do mercado ajuda governo

Ganhos se concentram em 2022

Medidas	Estimativa de impacto		
	2022	2023	2024
■ Fundos de investimentos fechados - adiantamento tributação estoque	14,47	0	0
■ Fundos de investimentos fechados - tributação estoque alíquota reduzida	-1,03	-1,09	-1,16
■ Fundos de investimentos fechados - fluxo	1,8	1,9	2
■ Fim da tributação regressiva - alíquota única fundos de investimento em participações	-1,5	-1,58	-1,67
■ Fundos de investimento imobiliário	0,85	0,9	0,95
■ Operações em bolsa e day-trade e FII - redução alíquota	-0,04	-0,05	-0,07
■ Operações em bolsa - apuração trimestral	-0,35	0	0
Total	14,19	0,08	0,05

Fonte: Receita Federal

As mudanças na legislação do imposto de renda do mercado financeiro propostas pelo governo na reforma tributária deverão gerar um aumento de arrecadação de R\$ 14,19 bilhões no próximo ano, informou ontem a Receita Federal. No segundo e terceiro anos de vigência, contudo, o resultado dessas simulações aponta para a neutralidade.

O resultado forte em 2022 é determinado principalmente pela cobrança sobre o estoque dos fundos familiares fechados, que vai gerar ganho de R\$ 14,47 bilhões. O Fisco estimou que parte do aumento será perdida nos próximos sete anos porque a tributação reduzirá o estoque desses fundos.

Já nos fundos abertos, de acordo com os técnicos da Receita, o fim da tributação regressiva (que hoje vai de 15% a 22,5%) deve gerar perda de R\$ 1,5 bilhão no próximo ano aos cofres federais.

Mais de duas semanas depois de ter enviado ao Congresso sua proposta de reforma do IR, a Receita apresentou o detalhamento de as projeções de impacto das medidas. De acordo com os cálculos, o projeto deve gerar um aumento líquido de arrecadação de R\$ 2,47 bilhões no próximo ano, passando para R\$ 1,6 bilhão em 2023 e R\$ 2,08 bilhões em 2024.

As estimativas consolidadas são maiores que as divulgadas no dia de envio da reforma, no fim de junho. A projeção era de um ganho total de arrecadação de R\$ 980 milhões em 2022, R\$ 330 milhões em 2023 e R\$ 590 milhões em 2024. As diferenças decorrem de revisões técnicas e não de erros ou alterações metodológicas, afirmou ao **Valor** o chefe do centro de estudos tributários e aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias. Para o volume de arrecadação envolvida, defendeu, a variação é pequena.

“Houve alteração em alguns parâmetros que consideramos de forma agregada e agora separamos e destacamos os efeitos”, disse. “Com isso, houve movimentação entre as parcelas, sendo que o resultado global teve uma variação que consideramos dentro da margem ainda das estimativas.”

Considerando as diversas negociações em andamento para alterações no texto, porém, os novos números já estão desatualizados. O relatório preliminar com mudanças está previsto para ser apresentado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA) nesta terça-feira. A proposta apresentada pelo governo gerou forte reação entre empresas e investidores, que veem aumento da carga tributária e viés eleitoreiro das medidas.

Segundo a Receita, em 2022, as mudanças combinadas de taxaço de dividendos em 20%, fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (JCP) e redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) trarão ganho líquido de R\$ 0,9 bilhão. Nos anos seguintes, essas alterações levarão a aumentos de receita de R\$ 18,43 bilhões e R\$ 19,5 bilhões, respectivamente.

Na apresentação do projeto, o governo informou que o aumento da arrecadação com a tributação de dividendos seria de R\$ 18,5 bilhões em 2022, R\$ 54,9 bilhões em 2023 e R\$ 58,15 bilhões em 2024. O cálculo, no entanto, considerava dividendos pagos a pessoa física residente e enviados ao exterior, além do fim da dedutibilidade do JCP, esclareceu Malaquias. Na ocasião, isso não foi informado.

Pelos números divulgados ontem, só a tributação sobre dividendos deve gerar ganho de arrecadação de R\$ 10,63 bilhões no primeiro ano. Dividendos e JCP enviados ao exterior têm impacto de R\$ 3,62 bilhões e o fim da dedutibilidade do JCP, de R\$ 5,17 bilhões. Assim, o impacto total das medidas é de R\$ 19,42 bilhões em 2022, subindo para R\$ 57,68 bilhões em 2023 e R\$ 61,03 bilhões em 2024.

Malaquias explicou ainda que, naquele momento, os cálculos para tributação de dividendos e JCP foram feitos de forma agregada, considerando alíquota de 20%. O instrumento de JCP, no entanto, continua

sendo tributado a 15%. Ele admitiu ainda que essa diferenciação deixa o JCP em uma situação vantajosa em relação aos dividendos, por isso a expectativa de arrecadação maior que originalmente previsto.

Já as mudanças no imposto de renda de pessoa física geram perda líquida de R\$ 13,5 bilhões no primeiro ano, subindo para R\$ 14,46 bilhões e R\$ 15,44 bilhões nos anos seguintes. Conforme o **Valor** já havia noticiado, só a atualização da tabela gera renúncia de R\$ 21,76 bilhões no primeiro ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Jovem de Salvador viraliza na web com seus truques para queimar gordura localizada!

DR. ZERO PESO

Clique Aqui

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

Mais do Valor **Econômico**

Exportações brasileiras do agronegócio cresceram 25% em junho

Valor dos embarques alcançou US\$ 12,1 bilhões no mês, segundo Ministério da Agricultura

13/07/2021 09:44 — Em Agronegócios

Vale conclui descaracterização da barragem de Fernandinho

Com a conclusão das obras, Fernandinho deixa de ter características de barragem, perdendo a função de

São Paulo negocia R\$ 143 milhões com contribuintes

Uma única empresa, do segmento de eletrônicos, fechou acordo de quase R\$ 100 milhões

Por Laura Ignacio — De São Paulo

13/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Arthur Castilho Gil: verdadeiro ganha-ganha entre Estado e devedores — Foto: Divulgação

O Estado de São Paulo já negociou com contribuintes, por meio da chamada transação tributária, o pagamento R\$ 143,3 milhões em débitos. Foram fechados 7.034 acordos, com descontos sobre os valores originais e prazos para a quitação das dívidas. Sem os abatimentos, o total devido ao governo estadual seria de R\$ 161,2 milhões.

São Paulo regulamentou a transação tributária no ano passado, na esteira da União, que já negociou mais de R\$ 100 bilhões. Coincidentemente, é o mesmo valor que o Estado espera receber, de um total de R\$ 350 bilhões inscritos dívida ativa, por meio dessa medida alternativa que possibilita a negociação direta entre empresas e o Estado. Hoje há 120 pedidos de transação individuais em andamento.

Uma única empresa, do segmento de eletrônicos e suprimentos de informática, fechou acordo de quase R\$ 100 milhões com o Fisco estadual. Por meio da transação, conseguiu parcelar todos os débitos de ICMS pagos por meio do regime de substituição tributária em até 60 vezes, com desconto.

“Sem a lei estadual da transação, a PGE [Procuradoria Geral do Estado] estaria engessada para negociar determinadas condições com o contribuinte, especialmente em relação aos débitos de ICMS de substituição tributária”, diz o advogado Arthur Castilho Gil, que representou a empresa na negociação.

A medida, acrescenta, evitou novos bloqueios de ativos pelo sistema Sisbajud e os sócios ainda deixaram de correr o risco de condenação por crime de sonegação fiscal - o pagamento extinguiu uma ação penal já em andamento. “Eminentemente importadora da China, a empresa sofreu muito com alta do dólar e a pandemia e não seria mais possível sofrer qualquer medida constritiva”, afirma Gil.

Após sete meses de negociação telepresencial, o acordo foi fechado. Teve a participação do CFO da empresa e integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) - originários da Procuradoria Geral do Estado, do Ministério Público Estadual e Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Desde 2013 a companhia tentava usar mais de R\$ 100 milhões em precatórios para quitar débitos correntes com o Estado, segundo Gil. Como o pedido administrativo foi indeferido, a discussão foi parar no Judiciário. A PGE ajuizou ao menos cinco execuções fiscais contra a fabricante de eletrônicos.

No meio do caminho, a declaração de inconstitucionalidade dos juros de mora aplicados com base na Lei nº 13.918, de 2009, reduziu o valor a pagar. “Porém, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que o Estado pode recusar precatórios, com base em alegação do princípio da menor onerosidade”, diz Gil (REsp 1598207).

Além disso, afirma o advogado, embora em 2017 a Emenda Constitucional nº 99 tenha estabelecido prazo de 120 dias para os Estados regulamentarem o uso de precatórios para o pagamento de débitos tributários, o Estado de São Paulo ainda não instituiu norma nesse sentido.

O governo regulamentou a transação tributária por meio da Lei nº 17.293, de 2020. Os descontos aplicados são definidos por “rating”, que é a classificação do comportamento da empresa perante o Fisco.

Esse rating vai de “A” a “D”. No “A” estão dívidas com perspectiva máxima de recuperabilidade. O contribuinte tem direito a desconto de 20% sobre juros e multa, com limite de até 10% do valor da dívida atualizada. O “D” garante desconto de até 40% sobre juros e multa, com limite de 30% da dívida.

Em São Paulo, a transação pode ser individual ou por adesão aos termos de edital do governo. Se a situação da empresa é mais complexa, na modalidade individual, por exemplo, é possível desistir de algumas discussões judiciais, mas de outras não. “No nosso caso, só não negociamos o que foi inscrito em dívida ativa até 25 de março de 2015, o que segundo a Emenda Constitucional nº 94 poderá ser pago com precatórios”, diz Gil.

Para Gil, a análise específica da proposta individual da devedora pela PGE e as alterações depois negociadas foi um fator decisivo para a concretização da transação, “um verdadeiro ganha-ganha entre Estado e devedores”.

Segundo a PGE antecipou ao **Valor**, ainda neste mês deve ser aberta nova oportunidade para negociação com empresas em recuperação judicial e devedores com CNPJ baixado e grande quantidade de dívidas. Até agora, já foram abertos editais para empresas em recuperação, devedores de IPVA e pequenas empresas prejudicadas pela pandemia, como bares, restaurantes e alguns varejistas com problema de caixa em 2020.

Subprocurador-geral do Contencioso Tributário Fiscal da PGE, João Pietropaolo afirma que ainda existe uma resistência do contribuinte em buscar esse tipo de solução. “Estamos usando as procuradorias regionais para tentar divulgar a modalidade da transação por meio de notificação dos devedores”, diz.

A transação, de acordo com ele, além de reduzir a dívida do Estado é uma possibilidade de destravar um pouco o ambiente de cobrança para que a PGE possa focar em dívidas ajuizadas paradas, “que congestionam o Judiciário e atrapalham o andamento das execuções menores”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Junte tudo em uma tela só. Sua SmartTV com multitela

SAMSUNG

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE